

ECO
195

ECO -195.

**DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E O DISTRITO COMO A BASE DE
PLANIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÓMICO:
"O CASO DO DISTRITO DE MOAMBA"**

Discente: Alina Azélia da Marcelina Carlos Bungueia

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE ECONOMIA

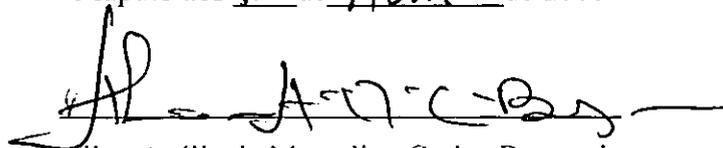
TRABALHO DE LICENCIATURA EM ECONOMIA

Maputo, Março de 2008.

Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

Maputo aos 13 de Abril de 2008



Alina Azélia da Marcelina Carlos Bungeia

Aprovação do júri

Este trabalho foi aprovado no dia 13 de Abril de 2008 por nos, membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane, com 13 valores.

O PRESIDENTE

Eduarda Neves Joas

O ARGUENTE

Faysegula

SUPERVISOR

Ismael Jacob Moximvane

Agradecimentos

Ao meu marido Henriques, meu filho Henriques Júnior e a minha filha Nucha, que durante todo curso foram meus suportes incansáveis.

A minha mãe, Marcelina Bié, aos meus irmãos e todos os familiares que me acarinham durante a minha formação.

Ao Supervisor do trabalho, Doutor Israel Jacob Massuanganhe, pelo contributo intelectual que garantiu a qualidade deste trabalho.

"Dai-me um ponto de apoio e levantarei o mundo"

Arquímedes, (-287; 212)

Lista de Abreviaturas

AD	Administração do Distrito
ADEL	Agência de Desenvolvimento Local
BM	Banco de Moçambique
BM	Banco Mundial
BR	Boletim da República
CC	Conselho Consultivo
CL	Conselho Local
CCD	Conselho Consultivo Distrital
CCPA	Conselho Consultivo do Posto Administrativo
CDC	Comité de Desenvolvimento Comunitário
CDL	Comité de Desenvolvimento Local
DEL	Desenvolvimento Económico Local
FL	Fórum Local
GD	Governo Distrital
IPCCs	Instituições de Participação e Consulta Comunitária
LOLE	Lei dos órgãos Locais
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPD	Ministério do Plano e Desenvolvimento
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
ONG	Organizações Não Governamentais
PA	Posto Administrativo
PDD	Plano Distrital de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPFD	Programa de Planificação e Financias Descentralizada
UNCDF	United Nations for Capital Development Fund
USAID	United States Agency for International Development

Índice de tabelas gráfico, mapa e quadros.

1. Mapa da divisão administrativa da província do Maputo
2. Tabela 1: Escolas, Alunos e Professores no distrito da Moamba antes da Descentralização;
3. Tabela 2 Unidades de saúde, camas e pessoal no distrito da Moamba antes da Descentralização;
4. Tabela 3: Escolas, Alunos e Professores no distrito da Moamba após o processo de Descentralização;
5. Tabela 4 Variação percentual do número de Escolas, Alunos e Professores no distrito da Moamba após o processo de Descentralização.
6. Tabelas com avaliação financeira de projectos (viveiros da Moamba e Oficina Mecânica) com a taxa de juro bonificada de 10%
7. Tabelas com avaliação financeira de projectos (viveiros da Moamba e Oficina Mecânica) com a taxa de juro de mercado (24%)

Índice

Sumário.....	10
CAPÍTULO 1.....	12
1.1 Introdução.....	12
1.2 Relevância do Estudo.....	15
1.3 OBJECTIVOS.....	15
1.3.1 Objectivo Principal.....	15
1.3.2 Objectivo Específico.....	15
1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	16
1.4.1 Os dados por analisar.....	16
1.4.2 Métodos de recolha de dados.....	16
1.4.3 Método de análise.....	17
1.5 Estrutura do Trabalho.....	19
CAPÍTULO II REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	20
2.1 Descentralização.....	20
2.2 Conceito de Descentralização.....	20
2.3 Tipos de descentralização.....	21
2.3.1 Delegação.....	21
2.3.2 Descentralização administrativa ou desconcentração.....	22
2.3.3 Privatização.....	22
2.3.4 Descentralização fiscal.....	22
2.3.5 Descentralização democrática ou devolução.....	23
2.4 Objectivos da Descentralização.....	23
2.5 Planificação distrital no quadro da descentralização.....	23
2.5.1 Programa de Planificação e financiamento Distrital.....	24
2.5.2 Papel dos Órgãos locais no processo de descentralização.....	25
2.5.3 O Conselho Consultivo Distrital (CCD).....	26
2.5.4 Fóruns Locais e Comités Comunitários.....	26
CAPÍTULO III DISTRITOS EM MOÇAMBIQUE.....	28
3 Os Distritos em Moçambique.....	28
3.1 Estudo de Caso.....	28
3.1.1 Caracterização: Distrito da Moamba antes do processo de descentralização.....	28
3.1.2 Infra-estruturas e Serviços.....	29
3.1.3 Rede Ferroviária, Transporte e Comunicações.....	29
3.1.4 Abastecimento de Água e Saneamento.....	29
3.1.5 Rede Eléctrica.....	30
3.1.6 Economia.....	30
3.1.7 Sociedade civil.....	36
3.1.8 Educação.....	36
3.1.9 Saúde.....	37
3.2 Distritos da Moamba após o Processo de Descentralização.....	37
3.2.1 Impacto da descentralização administrativa no distrito.....	37
3.2.1 O Processo de Descentralização no Distrito de Moamba.....	38
3.3 Descentralização do Fundo de Estradas.....	41

CAPITULO IV.....	43
4 Análise de Viabilidade de Projectos no Distrito da Moamba.....	43
4.1 Enquadramento Teórico.....	43
4.2 Localização do projecto.....	43
4.3 Critério de Avaliação de Investimentos na Óptica Financeira e empresarial.....	44
4.3.1 VAL - Valor Actual Liquido.....	44
4.3.2 TIR - Taxa Interna de Retorno ou IRR (Internal Rate of Return).....	45
4.3.3 Payback.....	45
4.3.4 Importância e interpretação do Payback.....	45
4.3.5 IRP - Índice de Rendibilidade de Projecto.....	46
4.3.6 Cash flow.....	46
4.4 Avaliação Sócio Económica de Projectos.....	46
4.5 Metodologias de Avaliação sócio-económica.....	47
4.6 Avaliação do Projecto de Viveiro de Plântulas no Distrito da Moamba, no âmbito do OIL 47	
4.6.1 Viveiros da Moamba.....	47
4.6.2 Localização.....	48
4.6.3 Vias de acesso.....	48
4.6.4 Enquadramento sectorial.....	48
4.6.5 Enquadramento Macro-económico.....	49
4.6.6 Projecção da actividade.....	49
4.6.7 Proveitos.....	49
4.6.8 Custos de exploração.....	49
4.6.9 Estudo de Viabilidade do projecto "Viveiros da Moamba" no âmbito OIL - Orçamento de Investimento Local.....	61
4.7 Avaliação do Projecto de Oficina Mecânica Auto no âmbito do OIL - Orçamento de investimento Local.....	51
4.7.1 Localização.....	51
4.7.2 Vias de acesso.....	51
4.7.3 Enquadramento sectorial.....	52
4.7.4 Enquadramento Macro-económico.....	52
4.7.5 Projecção da actividade.....	52
4.7.6 Proveitos.....	52
4.7.7 Custos de exploração.....	52
4.7.8 Estudo de Viabilidade do projecto oficina mecânica auto no âmbito do OIL.....	64
5 Conclusões e Recomendações.....	54
5.1 Conclusão.....	54
5.2 Recomendações.....	55
6 ANEXOS.....	58
6.1 Tabela 1 - Escolas, Alunos e professores (2003).....	58
6.2 Tabela 2 - Unidades de saúde, Camas e Pessoal existente (2003).....	59
6.3 Tabela 3 - Escolas, Alunos e professores (2007).....	59
6.4 Tabela 4 - Variação percentual entre os anos 2003 à 2007.....	60
6.5 Gráfico da evolução do Número de escolas, Alunos e Professores.....	60
6.6 Projecto Viveiros da Moamba com taxa de juro de mercado 24%.....	67
6.7 Projecto Viveiros da Oficina Mecânica com taxa de juro de mercado.....	70

7 BIBLIOGRAFIA 57

Sumário

O estudo desenvolvido sob o tema **"Descentralização Administrativa e o Distrito com base de Planificação do desenvolvimento sócio-económico:"** O caso do Distrito da Moamba "teve a seguinte questão de partida, que a política do Governo de Moçambique considera o distrito como pólo de desenvolvimento, pelo que é importante que o processo de descentralização administrativa seja considerado como alavanca que permite a materialização das preocupações e prioridades das comunidades nos distritos".

O objectivo principal do trabalho é o de analisar o processo de descentralização administrativa, especificamente o distrito da Moamba como pólo de desenvolvimento. Para a materialização deste objectivo, far-se-á a análise do processo de descentralização administrativo em Moçambique desde os anos 1989 a quando do processo do programa de reabilitação económica e social, admitindo que foi neste período que se registou uma grande mudança de orientação estratégica do país. De igual modo analisar-se-á como é feito o processo de planificação e finanças descentralizadas no distrito de Moamba, escolhido como zona de incidência do estudo.

Como metodologia de estudo, o mesmo vai adoptar a análise económica e financeira para avaliar a viabilidade dos projectos de iniciativas locais financiados pelo Estado nos distritos. A recolha de dados foi feita com base em consultas a documentos relacionados com o processo de descentralização, entrevistas e consultas a fontes primárias e secundárias.

Como evidencia o estudo que o processo de descentralização administrativa é um processo que cria oportunidade de emprego e geração da renda aos os principais intervenientes locais, para além de os actores locais participarem activamente no processo de tomada de decisões e assuntos que lhes dizem respeito, participando activamente da resolução de problemas que afectam a comunidade, e deles sua prioridade.

Este processo cria oportunidades para que cada distrito possa identificar as suas potencialidades, segundo as suas condições agro-ecológicas, explorando as vantagens comparativas e competitivas e as cadeias de valor que se podem obter em cada região, pois são as comunidades que melhor

conhecem os problemas que lhes afectam. Desta forma poderemos assistir a um aumento do emprego, aumento da produção, melhoria da segurança alimentar, saúde, educação, o que gerará um crescimento na economia do distrito, incrementando o desenvolvimento distrital.

Não obstante, a dinâmica rural resultante do processo de descentralização, nota-se que em muitos casos os projectos financiados são priorizados sem critérios de viabilidade e sem uma dimensão de análise da sua sustentabilidade. Por outro lado, admitindo que se trata de um investimento de iniciativas locais com uma base creditícia (o que pressupõe retorno do mesmo), da análise feita não se encontrou qualquer evidência que mostrasse que os governos locais têm uma certa capacidade de alocar os recursos e garantir o seu reembolso e nem sequer de que é papel dos governos locais se responsabilizarem pela gestão dos fundos.

Deste modo se mostra importante que os distritos através dos fóruns de desenvolvimento económico local e com apoio e assistência técnica das ADELs procedam ao levantamento das oportunidades de negócio viáveis que possam criar uma dinâmica e revitalização da economia distrital a serem financiados pelos fundos de investimento de iniciativa locais.

CAPÍTULO 1

1.1 Introdução

O Programa Quinquenal do Governo (2005 – 2009) considera a descentralização e a desconcentração da administração pública como pilares do processo de modernização do Estado. De modo igual o PARPAII consubstancia a descentralização como facto de desenvolvimento distrital, um dos pilares chaves da governação.

Moçambique, tal como outros países da região, iniciaram o processo de descentralização que é parte integrante de um conjunto de reformas e mudanças de natureza política, económica e administrativa em curso em Moçambique desde os anos 80, e tornada inevitável pela contínua degradação da situação económica, social e política do país. Em finais da década 80 Moçambique começou uma transição em duas vertentes, de um sistema monopartidário para um sistema multipartidário e de uma economia centralmente planificada para uma economia de mercado.

Conceptualmente, o processo de descentralização em Moçambique conhece duas vertentes diferenciadas: (i) descentralização administrativa ou desconcentração, que incide sobre os distritos rurais, assumidos como órgãos locais do Estado; e (ii) a descentralização ou devolução que incide sobre os distritos municipais, assumindo como órgãos autónomos. Neste contexto, o governo de Moçambique iniciou um processo gradual de descentralização da administração pública visando à agilização dos processos de planificação e gestão do desenvolvimento local do país.

Um dos instrumentos chaves deste processo foi à modernização dos instrumentos de programação de recursos públicos aos níveis provinciais e distritais, acompanhado de ensaios sobre a articulação entre a administração do Estado e as comunidades locais.

A participação dos cidadãos na vida socio-económica do país é a forma ideal do processo de busca das melhores soluções para os problemas que as comunidades locais enfrentam.

Em 1998 os Ministérios do Plano e Finanças e da Administração Estatal produziram um guião para orientar a produção de Planos Distritais de Desenvolvimento que é um instrumento de planificação estratégica, elaborado pelo Governo Distrital em colaboração com a sociedade civil, visando a promoção e apoio as iniciativas locais de desenvolvimento.

Desde 1996, o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Capital (UNCDF)¹ tem vindo a apoiar técnica e financeiramente um programa inovador de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) na província de Nampula, considerado hoje como laboratório de experiência de governação local e como experiências práticas de Planificação Participativa e financiamento Distrital. Em 2002 a experiência piloto de Nampula foi replicada para a província de Cabo Delgado. 100% dos distritos de Nampula e Cabo Delgado e pelo menos 5 distritos da província de Gaza contam com assistência directa do programa.

O objectivo central do programa é o de contribuir para a redução da pobreza absoluta através de melhoria na governação local nos distritos rurais das províncias de Nampula, Cabo Delgado e Gaza. Mais especificamente o programa tem por objectivo promover o acesso das comunidades rurais a infra-estruturas básicas e serviços públicos através de formas sustentáveis e replicáveis de planificação e financiamento descentralizado e participativo. O programa tem as seguintes áreas de actuação:

- Apoio à implementação por todo território nacional da principal legislação sobre a descentralização em Moçambique;
- Suporte ao processo de elaboração de Planos Distritais de base participativa;
- Criação de capacidades para elaboração do Plano Económico Social e Orçamento Distrital;
- Criação de capacidade para a melhoria e expansão do sistema de tributação em harmonia com a legislação nacional em vigor.

Baseado na experiência positiva do projecto de planificação e finanças descentralizadas em Nampula, a mesma experiência foi replicada para a província de Cabo Delgado em 2003 e mais tarde foi replicada para outras províncias com o apoio do Banco Mundial (Sofala, Manica, Zambézia e Tete). Actualmente, o governo de Moçambique esta no processo de formulação do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas, que ira cobrir todos 128 distritos de Moçambique.

¹ Notas do UNCDF em Moçambique, por Israel Jacob Massuanganhe, Especialista de programas do UNCDF na área de descentralização e desenvolvimento local.

O Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD), visando à transferência da função de planificação e desenvolvimento económico e social para o distrito, trazendo como pontos novos à metodologia que preconiza o envolvimento dos órgãos do Estado a nível local, dos cidadãos e outras entidades ao nível de base.

Este processo irá aumentar a precisão na identificação das necessidades primordiais dos cidadãos ao nível de base, contribuindo para uma alocação eficiente dos recursos, prestação de serviços públicos como a educação, a saúde, saneamento básico.

O Programa criou bases para a formulação da Lei dos Órgãos Locais do Estado – LOLE, onde no artigo 2 diz “O presente regulamento aplica-se aos órgãos locais do Estado nos escalões de província, distrito, posto administrativo, localidade e de povoação”, que teve a sua aprovação a 19 de Maio de 2003. Esta lei tida como o regimento base do processo de descentralização administrativa no país, estabelece os mecanismos de articulação e formas de representatividade das comunidades, bem como as responsabilidades dos diversos níveis de governação local.

Um outro aspecto de relevo da LOLE, esta consagrou o distrito como a unidade orçamental, base de planificação e desenvolvimento sócio-económico do país, pois num contexto predominantemente rural como o de Moçambique, é ao nível do distrito que a descentralização e a planificação do desenvolvimento se pode fazer mais facilmente e mais abrangentemente, priorizando as capacidades e potencialidades agro-ecológicas de cada região.

A transferência de responsabilidade do nível central para os órgãos locais é um processo que iniciou nos anos 90 com a revisão da Constituição da República, e teve maior enfoque com a introdução do programa da reforma dos órgãos locais e parte integrante do processo de descentralização administrativa em Moçambique em curso desde os anos 80.

Com o desenvolvimento económico e social registado no país, viu-se a necessidade da efectivação de uma descentralização administrativa em particular como um instrumento potenciador de uma maior eficácia e transparência na utilização de recursos, criação de estruturas económicas e administrativas capazes de fazer a prestação de serviços, e o diálogo entre os órgãos locais de Estado e a sociedade civil nas suas várias formas de organização. Por se tratar de um poder mais

próximo do cidadão, a descentralização potencia uma maior participação e responsabilização dos cidadãos na identificação e resolução de problemas e no desenvolvimento local, aproximando os cidadãos do centro das decisões administrativas.

1.2 Relevância do Estudo

Em Moçambique a descentralização é um processo tanto da história nativa como dos sistemas de administração e governação modernas. Diversos agentes (Académicos, Políticos, Organismos Internacionais, ONG's e a sociedades civil no geral) já se debruçaram sobre a questão do poder e autoridade num e noutro sistema, ou seja, a partir da época pré-colonial á época moderna.

Da administração do estado moderno, Moçambique herdou uma experiência essencialmente centralizadora e centralizada, esta situação deixa clara a dimensão real dos desafios dos actuais processos de descentralização ou desconcentração (Francisco, 2001).

Este processo ganhou corpo com a publicação da nova Constituição da República de Moçambique em 1990². A relevância do presente estudo está na actualidade deste processo, sobretudo por ser um processo onde a autoridade é transferida para a base, e principalmente por ser um processo que potencia o desenvolvimento dos distritos, com base na identificação de prioridades e capacidades de cada distrito.

1.3 OBJECTIVOS

1.3.1 Objectivo Principal

Com este trabalho pretende-se analisar o processo de Descentralização ou Desconcentração Administrativa, especificamente como este está a decorrer este processo no Distrito da Moamba.

1.3.2 Objectivo Específico

O objetivo específico deste trabalho é o de:

- a) Rever o processo de descentralização ou desconcentração administrativa no geral;
- b) Analisar o processo de planificação distrital, e como esta é feita no distrito no âmbito do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas e seu impacto no distrito da Moamba;

² O princípio da descentralização veio a ser colhido na Constituição de 1990 que no seu artigo 116 reza: *nos diversos escalões territoriais, os Órgãos Locais do Estado asseguram a participação dos cidadãos em material de interesse da respectiva comunidade.*

- c) Analisar a viabilidade financeira de 2 (dois) projetos (um na área de Agricultura outros na área de Serviços) no âmbito do financiamento de iniciativas locais nos distritos.

1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA

1.4.1 Os dados por analisar

Os dados foram colhidos no distrito da Moamba zona de incidência do estudo. Esta parte da pesquisa tem como finalidade realçar a forma como foi efectuada a pesquisa, conjugando métodos e técnicas que a compõe.

Os dados secundários foram colhidos no Instituto Nacional de Estatística (INE), inquéritos aos agregados familiares (IAF). O estudo de caso insidiu sobre dois projectos na sede do distrito da Moamba, na Província de Maputo, sendo um da Agricultura e um sobre Serviços.

1.4.2 Métodos de recolha de dados

Para a recolha de dados foram utilizados os seguintes métodos:

Pesquisa e revisão bibliográfica – A pesquisa e revisão bibliográfica foi feita com base em consultas a diversos documentos sobre descentralização e desconcentração, documentos e relatório do distrito em particular.

Entrevistas e consultas a fontes primárias e secundárias – Basearam-se em pesquisas electrónicas, entrevistas e consultas para obtenção de dados do distrito antes e depois do processo de descentralização, relatórios do desempenho do distrito, Boletins da República. Buscou-se na Internet vários documentos referentes a este processo em Moçambique como nos países estrangeiros que tenha experiências de descentralização, colecta de informação através de relatórios de organismos Nacionais (Ministério do Plano e Desenvolvimento, Ministério de Ciência e Tecnologia, Universidade Eduardo Mondlane, Instituto Nacional de Estatística) e Internacionais, (Banco Mundial, PNUD, Fundo Monetário Internacional). Foram feitas várias entrevistas com os principais intervenientes do processo como é o caso do Secretário Permanente do distrito, Chefes dos Postos Administrativos Líderes comunitários, Associações de Camponeses (Bloco 1 e Bloco 2) e Chefes de Serviços.

1.4.3 Método de análise

O estudo vai se concentrar na análise financeira para estimar os indicadores de resultados dos projectos de investimento em iniciativas locais. O método de análise financeira foi escolhido como sendo o mais comum para avaliações de projectos de investimentos sob ponto de vista da sua viabilidade como sustentabilidade. E por se tratar de um financiamento público importa analisar os indicadores técnicos dos vários projectos de investimento financiados nos 128 distritos no quadro da descentralização. Este método vai permitir:

- a) Fazer uma análise comparativa com recurso aos indicadores abaixo descritos;
- b) Analisar a variação dos indicadores como número de escola, alunos e professores antes e depois do processo de descentralização, e a mesma análise para os indicadores de saúde, número de camas e unidades de saúde e no âmbito dos 7 (sete) mil Meticais.
- c) Analisar através do "Estudo de Caso" que será a Análise económica e financeira de Projectos de investimento, um na área de Agricultura (Viveiro da Moamba), e outro na área de serviços (Oficina Mecânica Auto).

Este estudo será pelo método de análise de projectos de investimentos do PNUD, onde far-se-á um estudo de viabilidade dos dois projectos em duas vertentes, nomeadamente:

- A taxa de juro bonificada de 10% ao ano;
- A taxa de juro de mercado de 24%³

E comparar-se-ão os resultados obtidos; a viabilidade dos mesmos.

1.4.4 Indicadores a Utilizar

O estudo para os objectivos acima referidos vai adoptar os seguintes indicadores de análise de viabilidade económica e financeira dos projectos de desenvolvimento:

- VAL – (Valor actual líquido) - É a valorização dos activos reais que o projecto cria, e este depende dos cash -flows gerados durante a vida útil económica do projecto.(Mithá, 2004).

$$VAL = CF_0/(1+C)^0 + CF_1/(1+C)^1 + CF_2/(1+C)^2 + \dots + CF_N/(1+C)^N$$

³ Taxa média dos Bancos Comerciais, BMI 31/11/07

- **TIR — Taxa Interna de Retorno ou IRR** (Internal Rate of Return) - É a taxa de custo de oportunidade que permite obter a igualdade entre o valor presente do cash in flows e dos cash out flow, do ponto de vista do cálculo será a taxa de desconto para a qual teremos o VAL nulo, (Costa, 2004).

$$VAL = CF_0/(1+C)^0 + CF_1/(1+C)^1 + CF_2/(1+C)^2 + \dots + CF_N/(1+C)^N = 0$$

- **Payback** – Corresponde ao período médio de recuperação do investimento. O seu cálculo é simplificado e consiste na soma dos cash flows acumulados, os quais indicam a extensão de tempo, geralmente, em anos que o investidor tem que esperar até que recupere o desembolso do investimento inicial (Costa, 2004).

$$CF_{\text{actualizado}} = CF_N/(1+C)^N$$

- **IRP - Índice de Rendibilidade de Projecto** - É uma outra medida de retorno que consiste no rácio entre o VAL e o Valor do Investimento, obtendo-se deste modo, ganhos adicionais por cada dólar investido (Mithá, 2004).
- **Cash flow** - É definido como sendo a diferença entre as entradas e saídas monetárias decorrentes da realização de um projecto num dado período, (Costa, 2004).

$$CF_N = \Sigma R_N - \Sigma (I_N + C_N)$$

Sendo:

C – Custo de oportunidade

CF_N - Cash flow no período N

I_N - Investimento no período N

R_N - Receitas Totais no período N

C_N - Custos totais no período N

1.5 Estrutura do Trabalho

Para atender ao desenvolvimento e soluções do problema proposto e por conseguinte alcançar os resultados esperados, a composição do trabalho será:

- O Capítulo 1 Faz uma breve introdução para permitir um conhecimento do tema em estudo (enquadramento, objectivos e o quadro metodológico);
- Para dar corpo a pesquisa, o Capítulo 2 faz uma Revisão bibliográfica dos conceitos chaves como, descentralização e bem como os tipos de descentralização fazem um breve sumário sobre:
 - Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas, papel dos órgãos locais, no processo de descentralização;
- O Capítulo 3 faz um estudo dos Distritos em Moçambique e em especial
 - O estudo de caso do distrito da Moamba
 - Processo de descentralização no distrito de Moamba
- O Capítulo 4 faz a análise financeira dos projectos de Investimento no Distrito de Moamba.

CAPITULO II

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Descentralização

Existem vários tipos de descentralização, mas a abordada neste estudo será a virada para a fundamentação da necessidade de participação do cidadão no processo de descentralização (Amaro, 2001). O seu principal objectivo é mostrar como a participação dos cidadãos no processo de planificação das suas necessidades pode contribuir para o sucesso do programa de descentralização.

A descentralização é um conceito que tem vindo a receber definições e justificações diferentes na literatura. Com o tempo os debates em torno da definição da descentralização têm mudando no tempo como no espaço, pois, o conceito não é constante, mas sim um processo. É importante dar ênfase que a descentralização é um meio e não um fim. A descentralização é uma pré-condição para assegurar a participação e é considerada como a parte fundamental para o desenvolvimento local, aumentando a eficiência do Governo local.

2.2 Conceito de Descentralização

Descentralização pode ser definida como a organização das actividades da administração central fora do aparelho do governo central, transferidos para as autoridades locais; O seu conceito implica sempre a comparação do desempenho de diferentes funções pelos vários níveis de Governo, com o objectivo de atingir fins similares. Descentralização é definida como sendo a criação de entidade autónoma distintas do Estado, paralelas a ele (Mazula, 1998). Desaparece a hierarquia administrativa, surge um relacionamento entre pessoas jurídicas diferentes, com atribuições e responsabilidades jurídicas definidas por lei.

É uma situação na qual os poderes de política macroeconómica deixam de ser controlados pelo governo central, passando para o controlo dos governos locais.

A descentralização pode ser total ou parcial. Diz-se *total* quando os governos ou autoridades locais têm poderes sobre a totalidade das políticas macroeconómicas, a fiscal, monetária e comercial e *parcial* quando apenas uma parte dos poderes de política macroeconómica é descentralizada, como é o caso dos poderes sobre a política fiscal, ficando as políticas monetária e comercial na prerrogativa do governo central.

De acordo com Manor, 1998 o processo de descentralização em Moçambique tem duas vertentes, nomeadamente:

- A descentralização através da criação de novas entidades jurídicas com território e população, as autarquias e,
- A descentralização administrativa ou desconcentração que diz respeito à dispersão dos agentes de escalões superiores do governo nas áreas dos escalões inferiores ou através de atribuição de maiores competências aos distritos e órgãos hierarquicamente subordinados, e dela constituindo extensão, mecanismo administrativo visando à aproximação a prestação de serviços aos seus beneficiários.

A descentralização pode ocorrer de duas formas, nomeadamente:

- Descentralização em que se concedem competências, mas qualquer ordem pode ser revogada pelo nível Central onde os agentes de escalões superiores do governo passam para escalões inferiores, mas continuam a prestar contas a pessoas hierarquicamente superiores no sistema, permitindo o efectivo controle pelo Governo Central (Amaro, 2001);
- Descentralização em que se permite a pessoas de escalões inferiores opinarem sobre decisões tomadas a nível Central, produzindo um certo grau de descentralização genuína (Manor 1998).

2.3 Tipos de descentralização

2.3.1 Delegação

Aquela que consiste na transferência de algumas responsabilidades do projeto ou programas de desenvolvimento para agência para-estatais. Esta passagem pode ser acompanhada pela legislação ou não e o objeto de delegação pode ser total ou parcial. É o caso dos mandatos de institutos de desenvolvimento rural, das águas, das telecomunicações. Ou ainda a simplificação de normas administrativas ou corte de algumas operações para acelerar o tratamento de documentos oficiais, como o caso de alguns ministérios ou direções provinciais que responsabilizam os órgãos administrativos locais para oficialização de alguns documentos. Isto ocorre nos casos em que os cidadãos tenham que percorrer grandes distâncias ou tenham que pagar muito dinheiro.

2.3.2 Descentralização administrativa ou desconcentração

Tem haver com a dispersão dos agentes de escalões superiores do Governo para área de escalões inferiores. Esta alteração do pode ser feita com acompanhamento da democracia como não.

A competência é transferida para "sucursal" com os agentes superiores movimentando para escalões inferiores, mas prestando serviços a órgãos hierarquicamente superiores no sistema. Dessa forma permite que os órgãos centrais peneirem mais efetivamente nessas áreas sem influencia na sua organização e não estando assim a desistir da sua autoridade.

Estando simplesmente a efetuar uma recolocação dos seus funcionários públicos nos diferentes níveis ou ponto do território e fazem com que as pessoas de escalões mais baixos possam contribuir sobre tomadas de decisões estatais (Faria e Chichava, 1999).

2.3.3 Privatização

Passagem de atividades por parte do setor estatal para o setor Privado através de concessões, contratos ou vendas definitivas, do Estados para entidades privadas nacional ou estrangeiras.

Tendo como o caso de fornecimento de energia, controle alfandegário, prestações de serviços de transportes.

2.3.4 Descentralização fiscal

Refere-se a transferência fiscal decrescente através da qual escalões mais altos de um sistema cedem influências em termos de orçamento e decisões financeiras (Manor, 1998). Muitos podem associar o termo "fiscal" somente a recursos financeiros, mas também é usado num sentido mais vasto. Assim a descentralização fiscal pode acontecer através da alocação de responsabilidades, incluindo funções setoriais e gestão ambiental, bem como a alocação de receitas próprias a governos de níveis inferiores (Smoke, 2001).

A descentralização fiscal é de dois tipos:

- Uma em que a autoridade passa para indivíduos que só prestam contas a pessoas hierarquicamente superiores;
- Outra a pessoas de escalões inferiores com algum direito de opinião.

2.3.5 Descentralização política ou devolução

Quando a descentralização implica uma transferência final do poder de decisão e implementação da administração central para os órgãos locais eleitos (Faria e Chichava, 1999).

Neste caso, os níveis locais do governo são providos de funções e recursos claros e adequados, dispondo de mecanismos institucionais adequados para o dispêndio eficiente de recursos (Smoke, 2001).

Eles são representantes dos seus cidadãos a nível locais, legitimados pelo seu voto e têm um mandato específico, ao fim do qual, os cidadãos voltam a decidir pela sua continuação ou mudança.

2.4 Objectivos da Descentralização

Um dos maiores objectivos da descentralização é a transferência do poder do governo central para governos locais visando, sobretudo, uma melhoria de condições no domínio económico, administrativo, político, institucional e social para incrementar o desenvolvimento local e promoção da eficiência e equidade na participação e decisões á nível local. Para tal devem ser respeitados os seguintes pressupostos:

- **Eficiência:** cada pessoa tem necessidades diferentes para serviços públicos que melhoram o seu bem-estar. Tendo os governos locais mais perto das pessoas as informações são mais precisas no que toca as necessidades das pessoas em relação ao poder central. Melhorando desta forma os serviços que as pessoas necessitam e promovendo assim uma melhor eficiência alocativa.
- **Governança:** Com a interação entre os Governos locais e o público levam a uma decisão mais consistente em relação às decisões tomadas ao nível central.

2.5 Planificação distrital no quadro da descentralização

Até certo ponto torna-se difícil encontrar uma definição de planificação universalmente aceite. Este geralmente varia com a natureza, dimensão e objectivo de cada organização⁴.

A planificação é um processo de distribuição de recursos escassos, para a satisfação das necessidades ilimitadas (Pinto, 1986).

⁴ Aqui podemos referir de organização o Estado, como sendo uma organização política da sociedade em que a planificação é uma função administrativa importante para a prossecução dos seus objectivos e no processo de governação.

A planificação é um processo de preparação e organização adequada de actividades e conjunto de acções interdependentes, a partir de uma certa realidade para alcançar determinados objectivos, destacando as seguintes acções: Identificação do problema, captação e alocação de recursos, orçamentação e realização de projectos.

2.5.1 Programa de Planificação e Financiamento Distrital

O programa teve a implantação das suas bases em 1996 e oficialmente a primeira fase arrancou em 1998 – 2001 como a primeira fase e de 2002 – 2006 como a segunda fase. O Programa de Planificação e Financiamento Distrital identificou a planificação estratégica como ponto de partida para a introdução dos instrumentos de planificação ao nível distrital (Distrito como unidade base de planificação).

É um programa nacional do Governo para capacitar os órgãos locais do estado em métodos de planificação participativa através da elaboração de:

- Planos estratégicos (Planos Distritais de Desenvolvimento)
- Planos anuais (Planos Económicos Distritais)
- Orçamentos distritais.

A planificação e Financiamento Distrital é o processo de elaboração, implementação e monitoria descentralizada, em que as comunidades são envolvidas em todas as fases do processo⁵. Esta se enquadra no processo da lógica de desconcentração ou descentralização administrativa, como forma de gestão dos assuntos administrativos ao nível local.

O objectivo do programa é o de contribuir para a redução da pobreza através da melhoria da governação distrital, para aumentar a capacidade das instituições locais de planificar de uma forma participativa e gerir o processo de desenvolvimento de uma forma transparente, como forma de:

- Fortalecer os governos locais através de um processo de ensaio de elementos inclusivos de gestão estratégica dos seus territórios,
- Abrir espaço para a interacção dos diferentes actores, principalmente dos beneficiários, nas acções de desenvolvimento;
- Fortalecer as organizações de base e das comunidades,

⁵De acordo com a LOLE (Lei 8/2003)

- Criar condições para o aumento do fluxo de recursos financeiros para os distritos destinados a construção, reabilitação de infra-estruturas para a provisão de serviços básicos.

2.5.2 Papel dos Órgãos locais no processo de descentralização

No âmbito dos artigos 8 *"Para o exercício das suas funções, os órgãos locais do Estado organizam-se nos escalões de província, distrito, posto administrativo, localidade e de povoação"*. e 10 *"O distrito é a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique"*, da Lei n.º 8/2003 de 19 de Maio.

No artigo 39 nº1, especifica que compete ao Administrador do Distrito *"promover a participação das comunidades e das autoridades comunitárias respectivas nas actividades de desenvolvimento social e cultural locais"*, *"competem ainda ao Governo Distrital promover e apoiar as iniciativas de desenvolvimento local com participação das comunidades e dos cidadãos na solução dos seus problemas"*.

Estes processos são monitorados pelo Ministério da Administração Estatal (MAE) e pelo Ministério do Plano e Finanças (MPD).

A LOLE (Lei dos Órgãos Locais do Estado) define a participação distrital, através das comunidades como o processo através do qual as comunidades têm oportunidade de influenciar as decisões que lhes afectam, gerando processos endógenos de identificação e implementação de iniciativas locais de desenvolvimento.

Assim e no contexto da LOLE que se definem os Conselhos Locais como os órgãos de consulta das autoridades da administração local na busca de soluções para questões fundamentais que afectam a vida das populações, o seu bem estar e desenvolvimento local.

A participação e a consulta comunitária são feitas através dos CL, ao nível de povoação, localidade, posto administrativo e distrito. A participação é um processo organizado, activo e consciente, em que as comunidades assumem a sua parte nas acções do Governo Distrital.

A participação comunitária é um processo através do qual pessoas, especialmente as mais desfavorecidas, têm oportunidade de influenciar as decisões que lhes afectam, ou seja, o processo da consulta e participação deve trazer para o processo de decisão as preocupações de todas as

pessoas que se querem fazer ouvir, o que implica abrangência, equidade e respeito pelas formas de organização legítimas existentes desde que não se contradigam com as leis vigentes. Este processo é baseado em princípios como:

- Princípio da participação, da representatividade, da diversidade, da independência, da capacidade, da responsabilidade e da integração e articulação.
- A principal instituição de diálogo entre os Órgãos Locais da Estado e a Sociedade Civil dos distritos, incluindo as comunidades locais é o Conselho Consultivo Distrital.

2.5.3 O Conselho Consultivo Distrital (CCD)

É a instituição máxima de consulta no distrito, existindo outras instância consultivas abaixo do Conselho Consultivo Distrital ao nível territorial. Actualmente o Governo Distrital é o órgão Local do Estado dotado com maior protagonismo na programação, coordenação e gestão da intervenção á nível local. O Conselho Consultivo Distrital permite que haja um diálogo eficaz entre a direcção do distrito (o Administrador do distrito e os Directores distritais) e a sociedade civil local, e ainda permite aos vários grupos sociais do distrito a colaborar com as autoridades da administração local na busca de soluções para as questões fundamentais que afectam a vida das populações, o seu bem-estar e o desenvolvimento sustentável do seu território.

Existe ainda o Conselho Consultivo do Posto Administrativo (CCPA), com as mesmas funções do Conselho Consultivo Distrital, mas ao nível do Posto Administrativo. Inclui o chefe do posto, representando a administração local, os responsáveis dos sectores e serviços públicos localizados no posto administrativo, bem como os representantes da sociedade civil e das comunidades locais provenientes dos fóruns locais.

2.5.4 Fóruns Locais e Comitês Comunitários

São as instituições da sociedade civil que tem como objectivo organizar os representantes das comunidades e dos grupos de interesse locais para permitir que eles definam as suas prioridades e se expressem junto dos Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos e Conselhos Consultivos Distritais. Os Fóruns Locais são constituídos nos postos administrativos, geralmente em número de entre 2 (dois) e 4 (quatro) por posto administrativo, variando conforme a extensão territorial, dimensão da população, actividades e forma de organização dos habitantes. Estes são o

local onde a sociedade civil prepara-se internamente para entrar nesse diálogo a partir do nível administrativo.

Existem para permitir que as comunidades se mobilizem na identificação e procura de soluções dos seus problemas. Actualmente existem no país várias formas de comités comunitários, nomeadamente: Comité de Desenvolvimento Comunitário (CDC), Comités de Desenvolvimento Local (CDL), Comissões de Maneio Comunitário (CMC) de terra e/ ou outros recursos naturais, comités de água, de escolas e de saúde comunitária, bem como instituições de natureza associativa local. Estas são as principais formas de consulta às comunidades, após o início do processo de descentralização administrativa, e como forma de abranger todas a sociedade civil na tomada de decisões e solução de problemas que lhes afectem directamente.

CAPITULO III

DISTRITOS EM MOÇAMBIQUE

3 Os Distritos em Moçambique

Foram criados pela Lei 7/ 78 e são 128, resultantes da transformação das administrações de circunscrição existentes no período colonial. Eram constituídas por locais onde predominava a população Africana. O distrito é a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e a base de planificação do desenvolvimento económico, social e cultural do País. É composto por postos administrativos e localidades, abrangendo também as áreas das autarquias locais compreendidas no mesmo território⁶.

O modelo de organização dos distritos era uniforme e em 1977 foi definido como unidade base de planificação, onde eram exercidas funções como as de:

- Atribuições dos órgãos centrais exercidas por estes directamente no distrito, cabendo ao administrador do distrito uma função de mera coordenação e acompanhamento, como e o caso da lei e ordem, administração fiscal, administração aduaneira, etc.
- Atribuições centrais delegadas aos órgãos distritais é o caso da gestão de terras,
- Atribuições eminentemente locais como e o caso das estradas e caminhos rurais, protecção do meio ambiente, promoção da economia local (feiras e mercados).

Os distritos estão classificados em três grupos, segundo o grau de desenvolvimento sócio-económico e cultural de cada região. O distrito da Moamba enquadra – se no segundo grupo, segundo Diploma Ministerial nº (23) 99 de 24 de Marco.

3.1 Estudo de Caso

3.1.1 Caracterização: Distrito da Moamba antes do processo de descentralização

Situa se na parte Noroeste da província de Maputo a 75 km da capital do país. Tem como limites geográficos a norte o rio Massintonto, que o separa do distrito de Magude, a sul pelos distritos de Boane e Namaacha, a este pelos distritos da Manhiça e Marracuene e a oeste pela fronteira artificial com a província do Transvaal.

⁶ Boletim da República, I Série, Número 20, Lei nº 8/2003, artigo 12

Tem uma superfície de 4.628 km² e uma população, de 75.666 habitantes, e com uma densidade populacional de 16.3 hab/km². A população é maioritariamente feminina, (taxa de feminilidade de 53%) e uma matriz rural (taxa de urbanização de 26%). A taxa de dependência económica é de 1:1,5 (isto é por cada dez crianças ou anciões existem 15 pessoas em idade activa).

O distrito da Moamba com sede na vila da Moamba e constituído por 4 (quatro) postos administrativos, nomeadamente. Moamba-sede, Ressano-Garcia, Pessene e Sábie e estão subdivididos em 10 localidades.

3.1.2 Infra-estruturas e Serviços

Este distrito é atravessado pela estrada nacional quatro (EN 4) ligando a cidade de Maputo e Ressano Garcia. As ligações entre os postos administrativos são feitas por estradas de terra planada ou picada (estradas terciárias), onde as dificuldades em transitar são notórias, principalmente na época das chuvas. Possui ainda uma estrada em picada que faz a ligação entre África do Sul, Moamba, Magude, Xinavane, saindo para EN1 pelo cruzamento de Xinavane.

3.1.3 Rede Ferroviária, Transporte e Comunicações.

É atravessada por uma via férrea que também liga a cidade de Maputo ao posto administrativo de Ressano Garcia, (Corredor do Maputo), servindo o distrito com comboios de passageiros e de carga diários. A linha férrea Moamba-Xinavane não está operacional.

Possui ainda uma frota de transportes de semi colectivos, num total de 15 licenciados. Existem duas pistas de aterragem de avionetas, uma no posto administrativo de Sábie e outra em Corrumane, (que esteve ligada à construção da barragem de Corrumane em estado de abandono).

A rede telefónica possui uma capacidade de 450 linhas, existindo 18 assinantes. Na Sede do distrito existem duas cabinas públicas, e uma em Sábie, Corrumane e Incomati. Nalguns postos administrativos as comunicações são feitas via rádio.

3.1.4 Abastecimento de Água e Saneamento

Com excepção do posto administrativo de Pessene, as restantes sedes dos postos administrativos possuem um sistema de abastecimento de água ao nível de domicílio que foi reabilitada em 2003.

As áreas que não beneficiam do sistema de abastecimento de água usam fontes alternativas como os rios (Incomati, Sábie e outros afluentes), poços e furos cuja cobertura é insuficiente. No posto administrativo do Sábie, apesar de existir um sistema de fornecimento de água de canalização ao domicílio, a população não consome esta água por ser salobra, recorrendo assim à busca directa no rio.

O saneamento é feito através de fossas sépticas nos centros urbanos e através de latrinas. Apesar da construção e reabilitação de 19 furos de água entre 2000 e 2004, a rede de poços e furos existentes no distrito é insuficiente, havendo, além de Sábie outros aglomerados em que a população recorre ao rio à busca de água.

3.1.5 Rede Eléctrica

O sistema de energia eléctrica beneficia menos de 1% da população, com uma rede de iluminação pública implantada ao nível da sede do distrito da Moamba, e nas sedes dos postos administrativos de Ressano Garcia e Sábie. A sede do distrito possui uma central eléctrica que funciona como recurso de emergência em casos de interrupção da linha de alta tensão Ressano Garcia-Maputo com uma capacidade de 14.5 MW.

Existe no posto administrativo do Sábie, no rio Sábie a hidroeléctrica de Corrumana que para além de energia fornece água de irrigação ao posto administrativo do Sábie e apoia o fornecimento de energia eléctrica a cidade de Maputo no período de maior consumo.

3.1.6 Economia

É um distrito com características agro-ecológicas potenciais, estima-se em 229 mil hectares o potencial de terra arável da Moamba⁸ (cerca de metade da área total) estando ocupados pela exploração agrícola menos de 20% desta área (24.500 ha de sequeiro e 9.100 ha irrigados) e pela pecuária cerca de 60 mil hectares de pasto, isto é 23% da terra arável. De um total de 62 mil habitantes, 38 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos), excluem-se os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 24 mil pessoas.

Deste 81% são trabalhadores familiares ou por conta própria e na sua maioria mulheres. A percentagem dos trabalhadores assalariados é somente de 19% da população activa, e de forma inversa dominada por homens (as mulheres assalariadas representam 15% do total de emprego no

⁸ CENACARTA-IGN France Internacional, estatística do uso e cobertura da terra, Nov. 1999

distrito). A actividade dominante é a agrícola ocupando 74% da mão-de-obra activa do distrito (56% por conta própria e 34% em regime de exploração familiar).

Os sectores terciário e secundário ocupam respectivamente, 5% e 21% da população activa, sendo dominada pela actividade de comércio formal e informal, onde trabalham cerca de 15% do total da população activa e 10% das mulheres activas do distrito. O distrito tem um índice de incidência da pobreza⁹ estimada em cerca de 60% no ano de 2003¹⁰.

3.1.6.1 Agricultura

Devido aos solos de composição aluvionar localizados nas bacias dos rios Incomati e Sábie com fertilidade média, e com aptidões agrícolas, em geral o potencial agrícola estão associados à disponibilidade de infra-estruturas de irrigação. Apresenta um clima seco daí a aptidão para a prática de agricultura de sequeiro, embora seja a mais praticada pelas populações, onde produzem culturas como o milho, amendoim, feijão nhemba abóbora, cana sacarina batata doce e mandioca.

O distrito possui cerca de 10 mil explorações agrícolas familiares com uma área média de 1,3 hectares. Os potenciais de água disponíveis são inferiores às necessidades do distrito, situação que tende a piorar com a subida das taxas de energia.

As principais culturas praticadas nos regadios são: Tomate, repolho, pimento, feijão verde, alho, cebola e outras hortícolas. A batata Reno e o feijão manteiga são as culturas alternativas mais destacadas.

A base alimentar das populações e o milho, mandioca e arroz, acompanhados de verdura, feijão, amendoim peixe e carne de caca. A recuperar dos efeitos da cheias de 2000 o sector agrícola familiar esta em expansão e as explorações privadas que ocupam parte significativa das terras férteis absorvem cerca de 30% da mão de obra assalariada do distrito.

O sector empresarial dedica-se a agricultura, principalmente ao cultivo de milho hortícolas e banana, a criação de gado bovino (gado de corte), caprino e suíno e a exploração florestal.

⁹ Índice de Incidência da Pobreza (poverty headcount index) é a proporção da população cujo consumo per capita está abaixo da linha da pobreza.

¹⁰ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique; 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF

A agricultura enfrenta problemas da falta de chuvas e da falta de financiamento para o funcionamento e manutenção dos regadios, dado que os camponeses não têm capitais suficientes e não conseguem enfrentar os custos elevados de produção. As cheias de 2000 foram devastadoras, levando a perda quase total da campanha agrícola, somente em 2003 após a reabilitação das infra-estruturas nas margens dos rios se voltou a intensificar a exploração das zonas baixas dos rios.

O distrito possui ainda 17 mil hectares de infra-estrutura e equipamento de irrigação dos quais apenas 210 hectares estão operacionais.

3.1.6.1.1 Associação dos camponeses do Bloco 1

Esta associação é composta por:

- 116 camponeses,
- Possui 12 (doze) canais de irrigação, 4 (quatro) principais, 5 secundários e 3 (três) terciários, todos em funcionamento após a reabilitação financiada pelo projecto PIDA (projecto de pequena ajuda que comprou insumos para os camponeses do Bloco I, em função das sementes escolhidas).
- 2 (dois) Postos de Transformação um de 100Kilovoltes e outro de 315 Kilovoltes que esta de reserva,
- 4 (quatro) electrobombas, 3 (três) novas e 1 (uma) em funcionamento,
- 1 (uma) Estação de Bombagem reabilitado no âmbito do PIDA.

Esta associação dedica-se a produção de hortícolas como tomate, repolho, pimento, cenoura, batata Reno, feijão verde, alho cebola.

No passado os viveiros eram adquiridos na vizinha África do Sul, mas o risco de prejuízo era maior, pois a venda e de 1000 (mil) viveiros para transportar da África do Sul ate ao distrito e planta-los nem sempre ocorria no mesmo dia, o factor distancia e a forma como eram transportadas, as condições climáticas do local (onde eram produzidos os viveiros, eram diferentes do local do plantio) também contribuía para aumentar este risco.

Actualmente os viveiros são adquiridos no distrito nos Viveiros da Moamba ou nos Viveiros Chambule. Estes viveiros dependendo do tipo têm a sua produtividade, nomeadamente:

- Os viveiros que provem de sementes híbridas (mais produtivas) tem uma duração para a produção em media de 80 dias,

- Os viveiros quem provem de sementes normais (ligeiramente menos produtivas) tem uma duração para a produção em média de 100 dias.

Para o caso de sementes lançadas directamente no local de plantio existe uma casa de fertilizantes e sementes no distrito, mas tem preços ligeiramente elevados.

Para colmatar esta situação a Agro-química envia semanalmente vinda de Maputo, fertilizantes e sementes no regadio, para as associações de camponeses para o Bloco 1 e 2.

Existem programas de compra de insumos agrícolas em forma de crédito para os camponeses. Estes após as colheitas vendem os seus produtos e reembolsam os créditos a agricultura (actual Serviços Económicos).

No distrito existem 2 (duas) feiras anuais organizadas pelos Serviços económicos (agricultura), onde os camponeses pagam 40,00MT (quarenta Meticais) por 1 (um) bilhete equivalente a um montante de 400, 00 MT (quatrocentos Meticais) e os restantes 360,00 MT (trezentos e sessenta Meticais) são custeados pelo governo, onde compram todos os factores de produção (sementes, fertilizantes, enxadas, ancinhos, catanas, foices, machados, charruas, etc.).

Nas Associações existem dois tipos de agricultores, nomeadamente:

Agricultores Comerciais – Estes produzem culturas de alto rendimento como a batata, repolho, cenoura, pimento, feijão verde, alho cebola para venda em casas especiais como Supermercados (Shoprite), HCM (Hospital Central de Maputo) SMS (Serviços de Catering), Viveres para os quartéis. Eles vêm buscar semanalmente as hortícolas e pagam a cada final de mês.

Existem ainda alguns agricultores que possuem camiões ou os alugam para o transporte de hortícolas para o abastecimento dos mercados circunvizinho, principalmente o de Maputo.

Estes agricultores beneficiam de um crédito de Micro Finança – Malanga (empresa de Micro-crédito existente no distrito), onde a USAID deposita o fundo e os agricultores vão buscar e pagam uma taxa de juro de 10% anuais.

A USAID faz o acompanhamento trimestral para ver se estes aplicaram bem os fundos, se a produção esta a desenvolver bem para que possam ter uma produtividade que lhes garanta rendimentos para o auto-sustento e o pagamento do crédito.

No regadio são dados terras para o cultivo e pagam mensalmente uma taxa no valor de 600,00 MT (Seiscentos Meticais) por mês.

Agricultores Familiares – Estes também produzem hortícolas variadas para a sua segurança alimentar e em caso de excedente, para a geração de renda para a satisfação das necessidades básicas da família, (saúde e educação e aquisição de produtos de primeira necessidade), no regadio também obtém uma parcela de terra e pagam mensalmente uma taxa no valor de 400,00 MT (Quatrocentos Meticais).

Na época chuvosa (Novembro à Março) estes abandonam o regadio para praticarem agricultura de sequeiro, semeando milho, abóbora, mandioca, culturas que não necessitam de muitos cuidados especiais. Nesta época criam problemas na associação, pois deixam brechas que necessitam ser cultivadas e ainda o consumo de energia que a associação deve pagar mensalmente, independentemente da sua produção, época chuvosa ou não.

Para esta associação o grande nó de estrangulamento e a EDM (Electricidade de Moçambique) que em média neste ano (2007) está a cobrar 65000,00 MT (Sessenta e cinco mil Meticais), contra os 35000,00 MT (Trinta e cinco mil Meticais) de 2006.

Em 2006 esta associação perdeu uma campanha porque a EDM fez um corte por um período de 5 (cinco) meses, prejudicando toda campanha agrícola, pois o regadio funciona fundamentalmente por electrobomba, e esta é alimentada pela energia eléctrica.

Os valores a cobrar pela EDM tendem a aumentar mensalmente, quando o consumo mantém-se inalterado, pois a electrobomba trabalha 20 horas por dia e com uma rotação constante, diariamente.

A campanha 2007/ 2008 promete muito devido a factores preponderantes como:

1. O rio Incomati que é a principal fonte de abastecimento de água ao regadio, está repleto de água para a irrigação;
2. Os camponeses estão a livrar-se das dívidas contraídas na campanha 2006/2007 dado pelo prejuízo causado pelo corte de luz;
3. Os camponeses estão a beneficiar de um pacote de financiamento concedido pela banca local, através dos fundos da USAID;

O Governo distrital pagou todas as dívidas que a associação tinha com a EDM, encontrando-se neste momento os camponeses sem dívidas e prontos a pagar os consumos mensais cobrados.

4. Junto à associação existem 02 (Duas) represas com uma área de 1 (Um) hectare e com um período de defeso bianual (um na época quente e outro na época fria).

3.1.6.1.2 Mercado para os produtos

- Estes começam a vender o seu produto no campo, onde aparecem vendedores ambulantes que vem adquirir no próprio regadio os produtos que posteriormente são levados a sede do distrito e arredores;
- Há vendedores grossistas do mercado ZIMPETO e outros da cidade do Maputo que se deslocam ao distrito para adquirirem os produtos, estes tem a vantagem, pois pagam a pronto;
- Os agricultores comerciais que transportam para o mercado de ZIMPETO e algumas casas acima citadas;
- A associação directamente não exporta directamente, mas há pessoas que vem buscar produtos como tomate, repolho, batata Reno e peixe para vender na África do Sul;

3.1.6.2 Pecuária

Apesar de a maior parte das infra-estruturas (tanques carracidas, corredores, furos, represas, bebedouros e bombas) estarem paralisadas, o distrito da Moamba é o 2º maior criador de gado da província de Maputo, numa área de pasto de 60 mil hectares.

É realizada anualmente uma feira agro-pecuária com exposição e venda de produtos dos sectores familiares e comerciais do distrito. A maior parte dos produtos e animais é vendida na cidade de Maputo.

3.1.6.2.1 Fomento pecuário

Existe uma distribuição de animais a começar no mês de Novembro, onde cada posto administrativo no distrito já possui os beneficiários do sector familiar. Existem 224 cabeças de gado bovino para 112 famílias (2 fêmeas para cada família) e 180 caprinos para 90 famílias (2 fêmeas para cada família).

As devoluções são feitas após as crias terem 12 (Doze) meses para o caso dos vitelos no segundo e terceiro ano respectivamente. Esta devolução é feita em benefício de uma outra família que ainda não tenha beneficiado.

3.1.6.3 Comércio

A rede comercial foi bastante destruída durante a guerra, existindo apenas 42 estabelecimentos. A reposição da rede comercial tem sido lenta devido às condições pesadas de crédito.

A actividade pesqueira é fundamentalmente artesanal com predomínio do uso do anzol e desenvolvida na albufeira de Corrumane, permitindo o escoamento diário de peixe fresco e seco para os mercados da capital e dos distritos circunvizinhos.

As áreas florestais nos últimos anos sofreram uma grande devastação, devido à procura de lenha e o fabrico de carvão por parte dos cidadãos de Maputo, agravando a situação dos recursos lenhosos.

A indústria está pouco desenvolvida, sendo Moamba um distrito rico em matéria prima para indústria cerâmica, mas com única fábrica que existe em Chanculo, abandonada por falta de capitais para a sua reabilitação.

No distrito existem 6 (seis) moageiras, 2 (duas) indústrias panificadoras e 1 (uma) fábrica de refeições no posto administrativo de Ressano Garcia, com o objectivo de confeccionar refeições para mineiros em trânsito de e para a África do Sul. O distrito apresenta potencialidades naturais, mas depara-se com falta de infra-estruturas principais para o sucesso do turismo.

3.1.7 Sociedade civil

No tocante a sociedade civil importa referir que existem várias associações e cooperativas de camponeses, bem como a associação dos amigos de Moamba. Existe também uma relação entre a administração e as autoridades comunitárias e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais. A habitação mais frequente das famílias do distrito é a palhota com pavimento de terra batida, tecto de chapa de zinco e paredes de caniço ou paus, isto aos redores da sede do distrito e dos postos administrativos.

3.1.8 Educação

Este distrito possuía 77 escolas (das quais 55 do EP1). A maioria da população do distrito (55%) não está alfabetizada. A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 64% das crianças frequenta a escola. As maiorias destas crianças são rapazes que frequentam

o ensino primário, dado à insuficiência ou inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino no distrito.

A situação global descreve que para além de factores socio-económicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores apesar de ter crescido em 15% após o ano 2000 serem insuficientes, e ainda agravado por taxas de aproveitamento baixas nas varias localidades do distrito. (Tabela 1)

3.1.9 Saúde

O distrito é servido por 8 unidades sanitárias que estabelecem o acesso da população aos serviços do sistema Nacional de saúde.

A rede de saúde do distrito apesar de estar a evoluir a um ritmo significativo, e insuficiente devido a:

- Uma unidade sanitária por cada 7.800 pessoas,
- Uma cama por 419 habitantes,
- Um profissional de saúde por cada 1.390 residentes no distrito.

Este desenvolvimento esteve ligado ao apoio de varias organizações representadas no distrito (Associação Mozal para o desenvolvimento da comunidade) foi quem reabilitou o centro de saúde da Moamba, a União Europeia que reabilitou o centro de saúde do Sábie. (Tabela 2)

3.2 Distritos da Moamba após o Processo de Descentralização

3.2.1 Impacto da descentralização administrativa no distrito

A Lei 8/2003 criou os governos distritais e passou-se a uma nova abordagem do funcionamento do governo. Isto implicou a criação de novos órgãos ao nível do distrito, estes órgãos não se subordinam ao governo provincial nem ao Ministério, mas sim aos Governos Distritais (Serviços).

O artigo 36 da Lei 8/2003 cria os Governos Distritais que é no respectivo distrito o órgão local do Estado encarregado de realizar o programa do Governo e o plano económico e Social, com poderes de decisão, execução e controlo das actividades previstas.

Os distritos apenas recebiam instruções metodológicas para poderem trabalhar, não implicando deste modo uma subordinação dos governos provinciais ou centrais, por isso existe o governo distrital da Moamba, composto por 7 (sete) membros, nomeadamente:

- Administrador do distrito;
- Secretário Permanente do distrito;
- Directores de serviço distritais que garantem sob direcção dos respectivos directores a execução de programas e planos definidos pelos órgãos do Estado de escalão superior, a orientação e apoio às unidades económicas e sociais dos respectivos sectores de actividade. Estes se subordinam ao administrador do distrito.

3.2.1 O Processo de Descentralização no Distrito de Moamba

Para o distrito da Moamba a descentralização está a ser um processo muito bom e já começou a dar frutos.

A primeira situação notória foi à possibilidade do distrito poder nomear funcionários a partir do próprio distrito ao abrigo do Decreto 5/2006, de 12 de Abril. Como exemplo já produziram os despachos, que posteriormente seguiram toda a formalidade necessária e já receberam o despacho do tribunal administrativo, sem necessitar da intervenção do governo provincial, o que faz com que o distrito se sinta parte integrante deste processo de descentralização.

A partir de 2008 é que os serviços distritais terão o seu orçamento de funcionamento, sobretudo para bens e serviços. As remunerações continuarão centralizadas.

3.2.1.1 Projetos realizados em 2006 no âmbito do OIIL – Orçamento de Investimento e Iniciativa local

O distrito a semelhança dos outros em 2006 recebeu o valor de 7 (sete) milhões, sem orientações metodológicas para a sua execução, contudo o distrito da Moamba acabou fazendo algumas correcções, pois no meio da execução surgiram orientações pontuais que o distrito teve, tais como:

- Constituir os Conselhos Consultivos a vários níveis, a partir da base até a sede distrital, estando todos em funcionamento.

- Estes foram convocados e apresentados os projectos em execução, na perspectiva de corresponder às prioridades das comunidades,
- Foi resolvido um dos grandes problemas existentes no distrito que era a falta de sistema de frio na morgue do hospital Distrital, sentida principalmente em 2002 com o acidente ferroviário de Tenga.
- Outra situação tinha a ver com o Bloco I e o Bloco II onde se desenvolvem as principais actividades agrícola do distrito que se encontravam inoperacional e que com este valor dos 7 (sete) milhões foram reabilitados, estando a ser explorados por Associações de Camponeses;
- No posto administrativo de Pessene não existia nenhuma escola primária, os alunos estudavam em condições muito complicadas, tendo se construído uma escola EP1,
- Reabilitação de infra-estruturas do governo, nomeadamente a sede do governo distrital, residência do secretário permanente a residência do chefe do posto administrativo de Ressano Garcia.

Para os anos seguintes o governo decidiu aumentar o valor de acordo com o tamanho do distrito, sua população e índice de pobreza¹¹.

3.2.1.2 Projetos para 2007 no âmbito do OIHL

Para o ano de 2007 foram acrescidos 360 mil MT totalizando os 7360,00 MT (sete milhões trezentos e sessenta mil Meticais) e para o ano de 2008 terão o valor de 9 (nove) milhões.

Já estava constituída a equipe técnica distrital que era responsável por todas as actividades de classificação ao nível do distrito e é constituída por diversos funcionários dos diversos serviços distritais, neste âmbito concluiu-se o perfil do distrito, e a mesma equipe foi responsável pela elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do distrito.

Estes projectos são fundamentalmente para financiar as iniciativas locais para geração de emprego e produção de comida, apoiando o empreendedorismo para poderem ampliar ou a criação de novas actividades de rendimento.

¹¹ Índice de pobreza por definir por cada distrito, pois até agora só se tem o índice de pobreza por provincia

Convocou se o Conselho Consultivo distrital para auscultar quais seriam as prioridades dos postos administrativos para o PES (Plano Económico e Social) 2007.

O PES 2007 está neste momento em execução, destacando-se:

3.2.1.3 Fomento Pecuário

Para o fomento pecuário, o distrito aplicou o valor para a:

- Criação do gado bovino e do gado caprino, pois distrito oferece grandes potencialidades pecuárias, Esta é feita através da disponibilização de fundos para a aquisição de gado (Bovino e Caprino), um casal, que após a procriação, as suas crias são devolvidos (um casal) para que possa servir a outros interessados nas comunidades.

3.2.1.4 Fomento agrícola

Para o fomento agrícola, o distrito aplicou o valor para a :

- Construção de 3 (três) viveiros para a produção Plântulas (viveiros para sombra e fruteiras), considerando a situação de seca que assola o distrito;
- Aquisição de 2 (Dois) tractores para agricultura
- Aquisição de redes de pesca para o apoio dos agricultores de Corumane para o melhor aproveitamento da albufeira,
- Construção de 3 (três) sistema de rega 2 (dois) no posto administrativo do Sábie, e 1 (um) na zona sede.

3.2.1.5 Comércio

Para o comércio, o distrito aplicou o valor para a:

- Projecto de abertura de uma oficina Mecânica Auto na sede do Distrito.
- Projecto de construção de Padaria no Posto Administrativo de Chanculo, com materiais locais e usando mão-de-obra local;
- Projecto de construção de uma loja e farmácia no Posto Administrativo de Pessene.

Com base nestes projectos o Governo Distrital decidiu financiar aos empreendedores sem grandes condicionalismos, e será cobrada uma percentagem de 10% de juros anuais, (para o pagamento de reparos e emissão de cheques) sobre o valor que será atribuído e terá um período demora consoante a natureza dos investimentos.

Esta concepção por parte do governo é para ajudar aos mais necessitados, pois geralmente estes não têm fundos de garantia.

Como não é vocação do Estado criaram-se condições de os beneficiários a fazerem os seus depósitos numa instituição de micro-crédito existente no distrito de Moamba, e posteriormente entregam os talões (comprovativos de depósitos) à administração distrital.

Criou-se um fundo comunitário que possa rodar por todos aqueles que estiverem interessados ao nível das comunidades, que serão controlados pelos membros do Conselho Consultivo distrital, pois estes conhecem bem as pessoas e são este que darão garantias para uma execução correcta, pois estes vivem lá junto às populações.

As comissões criadas para operacionalizar o funcionamento do Conselho Consultivo distrital são:

- Comissão de assuntos sociais e género, comissão de administração pública, comissão de planeamento e infra-estruturas, comissão técnica anti-corrupção, comissão de topomia (para atribuir nomes às ruas do distrito).

No distrito existe mais de 40 projectos, e não será possível satisfazer a todos, mas à medida que vão amortizando os valor vai dar para financiar a outros projectos.

O processo de descentralização é gradual, existem ainda alguns problemas de entendimento da sua implementação.

Actualmente o distrito possui 57 (cinquenta e sete) escolas de EP1, mais 2 (duas) e 8 (oito) escolas EP2, mais 2 (duas), frutos do processo de descentralização e atribuição dos 7 (sete) milhões. (Tabela 3). Os números de unidades sanitários e postos de saúde é que permanecem os mesmos em número de oito (quatro Centros de Saúde e 4 Postos de Saúde), com a excepção da existência de uma morgue com condições de frio para a conservação dos corpos.

3.3 Descentralização do Fundo de Estradas

Ainda no processo da descentralização, realizou-se um Seminário a 02 de Agosto de 2007, em a ANE junto ao Fundo de Estradas programaram para o ano de 2008 a descentralização dos fundos para estradas para as Direcções de Obras Públicas Provinciais, e Distritais para as pequenas reparações de estradas a nível Distrital e Provinciais, ficando na responsabilidade da ANE as grandes reparações que necessitem investimentos externos.

Está para breve a conclusão da construção a ponte sobre o rio incomati (financiada completamente pelo Orçamento do Estado), que liga a sede do Distrito e o Posto Administrativo do Sábie. Esta ligação irá melhorar as condições de transitabilidade de viaturas, peões e mercadoria, permitindo uma maior dinâmica no crescimento do distrito, pois permitirá o rápido escoamento de produtos das zonas mais produtivas do distrito.

CAPITULO IV

4 ANÁLISE DE VIABILIDADE DE PROJECTOS NO DISTRITO DA MOAMBA

4.1 Enquadramento Teórico

A evolução de uma empresa passa por decisões de investir ou desinvestir, entrar em novas áreas de negócio, modernizar, expandir ou mesmo criar alianças, fusões ou aquisições. Estas decisões são de carácter estratégico, estrutural e com impacto sobre o médio e longo prazo.

As empresas não funcionam isoladas do meio social que as circunda, daí a sua capacidade de competir depende em larga medida das circunstâncias do local onde operam.(Omar Mithá, 2004).

O investimento pode ser visto em 3 (três) perspectivas:

- **Ópticas Macro-económica**, onde sobressai a ideia de uma função de investimento agregada que afecta a procura efectiva, cuja variação está em função das taxas de juro, factores de risco e das expectativas dos empresários com relação à geração de lucros (Aplicável ao caso da Teoria Keynesiana, em que os empresários formulam suas decisões de investir em função da rentabilidade esperada – A eficiência marginal do capital.¹²).
- **Óptica Empresarial**, em que o investimento refere-se a uma decisão de natureza estratégica e consiste geralmente na afectação de recursos financeiros, humanos e materiais com o intuito de criar mais riqueza para os empresários.
- **Óptica Sócio-Económica**, nesta a rendibilidade privada é secundária, pois a análise tem em vista o apuramento de benefícios sociais como, por exemplo, a criação de novos postos de trabalho, redução da poluição, estabelecimento de infra-estruturas básicas e o impacto nas ligações entre os diversos sectores da economia. Estes benefícios são comparados com os custos suportados no sentido de se apurar a viabilidade socio-económica do projecto.

4.2 Localização do projecto

A escolha do local de um projecto de investimento é crucial, pois concorre para a viabilização do empreendimento numa óptica puramente privada. Esta é importante para a avaliação das condições climatéricas, fontes de matérias primas, capacidade e ponto de escoamento, deve se ter em conta às restrições imposta pelo meio ambiente. É um exercício pluridisciplinar, pois os estudos de

¹² Na abordagem Keynesiana a eficiência marginal do capital define-se como a taxa que torna o valor actual dos cash flows futuros igual ao custo do investimento no momento presente, equivalente à taxa interna de retorno

engenharia, mercados, custos e impacto ambiental poderão determinar o local óptimo para a implantação de um projecto.

A localização¹³ de recursos naturais constitui elemento atractivo para determinados projectos de investimento, principalmente aqueles em que as vantagens da proximidade de recursos constituem um elemento de peso para conferir uma vantagem competitiva¹⁴ em termos de custos.

Os factores de localização a realçar são:

- Localização e terreno, facilidades de transporte (estradas, pontes, caminhos de ferro);
- Fornecimento de água, energia, combustível,
- Sistema de comunicações
- Disponibilidade de mão de obra qualificada,
- Regulamentos fiscais
- Condições de vida social.

4.3 Critério de Avaliação de Investimentos na Óptica Financeira e empresarial

Esta se traduz pela apresentação de indicadores que permitam aos investidores tomar conhecimento sobre a viabilidade do projecto, sendo a sua implementação dependente das decisões estratégicas e da disponibilidade de financiamento para a sua concretização. Estes indicadores são:

4.3.1 VAL — Valor Actual Liquido

É a soma do valor actualizado descontado dos cash-flows previsionais à taxa de custo do capital, para tal, basta aplicar o factor de actualização ou factor de desconto aos cash flows actualizados. Para o seu cálculo pressupõe-se que já se tenham desenvolvido os cash-flows previsionais do projecto de investimentos e o custo de capital seja conhecido. É a valorização dos activos reais que o projecto cria, e este depende dos cash -flows gerados durante a vida útil económica do projecto.

$$VAL = CF_0/(1+C)^0 + CF_1/(1+C)^1 + CF_2/(1+C)^2 + \dots + CF_N/(1+C)^N$$

¹³ Segundo Omar Mithá, 2004 existem vantagens comparativas na produção de um bem, se o custo de oportunidade da produção do bem (Plântulas) em termos de outros bens for menor que a produção de outro bem (adubo).

¹⁴ A mesma fonte refere que as fontes de vantagens competitivas de um lugar constituem uma extensão das vantagens comparativas, estas envolvem o grau de especialização em determinada área.

✓ **Regra de decisão:**

- $VAL > 0$ – Aceitamos o projecto por trazer maior retorno para os promotores
- $VAL < 0$ – Rejeitamos o projecto por ser inviável, pois não cria valor.

4.3.2 TIR - Taxa Interna de Retorno ou IRR (Internal Rate of Return)

É a taxa de custo de oportunidade que permite obter a igualdade entre o valor presente do cash in flows e dos cash out flow, do ponto de vista do cálculo será a taxa de desconto para a qual teremos o VAL nulo.

$$VAL = CF_0/(1+C)^0 + CF_1/(1+C)^1 + CF_2/(1+C)^2 + \dots + CF_N/(1+C)^N = 0$$

✓ **Regra de decisão:**

- $TIR > C$ – Aceitamos o projecto
- $TIR < C$ – Rejeitamos o projecto

Sendo:

C – Custo de oportunidade

4.3.3 Payback

Corresponde ao período médio de recuperação do investimento. O seu cálculo é simplificado e consiste na soma dos cash flows acumulados, os quais indicam a extensão de tempo, geralmente, em anos que o investidor tem que esperar até que recupere o desembolso do investimento inicial. Este cálculo suscita o problema de comparação de valores que ocorrem em momentos diferentes da vida do projecto, sendo necessário incorporar o valor temporal do dinheiro através do princípio de actualização, passando para o Payback Descontado, reduzindo o valor dos cash flows em termos actuais e aumentando o período do Payback.

Critério de decisão – Quanto menor o Payback de um projecto, melhor é esse projecto, significando que o investidor precisará de menos tempo para recuperar o investimento realizado.

4.3.4 Importância e interpretação do Payback

Liquidez

Quando atingimos o período do Payback, e os fundos gerados pelo projecto corresponderem a um valor excedente (cobre o valor investido e tem lucro), o projecto terá maior grau de liquidez,

Risco

Quando estamos em presença de Payback reduzido, este indicará menor risco, porque a incerteza sobre os fenómenos económicos não constituirá motiva de preocupação, visto que o projecto terá recuperado, pelo menos, o montante investido.

4.3.5 IRP - Índice de Rendibilidade de Projecto

É uma outra medida de retorno que consiste no rácio entre o VAL e o Valor do Investimento, obtendo-se deste modo, ganhos adicionais por cada dólar investido.

4.3.6 Cash flow

É definido como sendo a diferença entre as entradas e saídas monetárias decorrentes da realização de um projecto num dado período, é o saldo do fluxo real do dinheiro que num determinado período tenha ocorrido. São os dividendos e ganhos de capital de um projecto e assumem grande importância durante o período de exploração, pois constituem o ponto fulcral de toda a análise ao nível das projecções financeiras.

$$CF_t = \Sigma R_t - \Sigma (I_t + C_t)$$

Sendo:

CF_t - Cash flow no período t

I_t - Investimento no período t

R_t - Receitas Totais no período t

C_t - Custos totais no período t

4.4 Avaliação Sócio Económica de Projectos

A análise sócio-económica de projectos procura determinar os resultados que o projecto produz na economia nacional. Esta permite chegar a dedução sobre a viabilidade de um projecto de investimento na óptica da economia porque compara a utilização de recursos escassos pelo projecto com outras aplicações alternativas na economia, cujo os efeitos são perceptíveis, mas nem sempre de fácil quantificação.

Esta análise assenta no pressuposto de concorrência, transparência na alocação de recursos e informação perfeita com o intuito de determinar os resultados do projecto face aos efeitos advenientes da utilização alternativa desses recursos pela sociedade. É desejável que tais

resultados sejam traduzidos, sempre que possível, em indicadores numéricos. A avaliação económica e social envolve ajustamentos da informação por forma a aferir melhor a viabilidade sob óptica da economia nacional. Os ajustamentos são necessários e permitem aproveitar informação já disponível com base na avaliação financeira, pois tratando-se de projectos com objectivos sociais e promovidos pelo Estado ou ONG's a principal via de avaliação poderá ser a sócio económica.

4.5 Metodologias de Avaliação sócio-económica

Existem basicamente duas metodologias de avaliação sócio-económicas, nomeadamente:

- **Método do PNUD** – Neste método o custo de qualquer bem usado no projecto deverá ser medido pelo sacrifício ao consumo que essa utilização implica para a sociedade, o benefício será medido pelo aumento da oferta global de bens de consumo na economia.
- **Método do Banco Mundial** – Neste método considera-se o custo de oportunidade medido em termos de sacrifício ou benefício da economia relativamente ao exterior e traduzido em moeda conversível. Os preços-sombra¹⁵ decorrem da conversão dos preços domésticos através do uso dos preços internacionais avaliados na fronteira do país onde se localiza o projecto em consideração.

4.6 Avaliação do Projecto de Viveiro de Plântulas no Distrito da Moamba, no âmbito do OIIL

As técnicas de análise e elaboração de projectos de investimento são elementos de base que permitem avaliar a viabilidade de um empreendimento numa óptica financeira ou social. Na prática as projecções económico-financeira fazem parte de um relatório que contempla várias partes, não só pela natureza multidisciplinar, como também pela forma como se organiza a informação para as instituições de financiamento ou para os investidores.

4.6.1 Viveiros da Moamba

O projecto Viveiros da Moamba é um projecto de expansão, pois tenciona-se com este projecto aumentar o plantio de Plântulas dado o aumento da procura por parte dos camponeses. Concretiza um empreendimento agrícola para a produção de Plântulas de tomate, pimento, repolho, couve,

¹⁵ Alguns autores preferem a designação de "preço económico". A versão inglesa é "Shadow-price"

cenoura, todas de curta duração. O investimento contempla a construção de uma estrutura de aço e respectivas redes, onde albergará a estufa, numa área de 1 (Um) hectare, aquisição de placas e corvetes para os viveiros, sementes, pesticidas.

4.6.2 Localização

O projecto Viveiros da Moamba localiza-se na sede do distrito da Moamba, Bloco 1, e obtém desta localização as seguintes vantagens:

- Localiza-se junto à margem do Rio Incomati, principal fonte de irrigação;
- Junto ao Posto de Transformação de energia, principal alimentador da electrobomba que puxa a água do rio para os viveiros;
- Junto as machambas dos agricultores (comerciais, familiares e associados), principal mercado dos seus produtos.

Estes todos os factores favorecem as economias de custos, e vantagens competitivas.¹⁶

4.6.3 Vias de acesso

Os projectos tendem a localizar-se existem as principais infra-estruturas, e o projecto Viveiros da Moamba não foge a regra, beneficiando estradas alcatroadas, caminhos de ferro, energia, água potável (Rio Incomati), todas em bom estado de utilização.

Beneficia também da mão de obra qualificada, pois os proprietários e o empregado principal, possuem vasta experiência na matéria. Este projecto de investimento é favorável no contexto legal.

4.6.4 Enquadramento sectorial

O projecto viveiros da Moamba, pertence ao sector de agricultura, área de grande dimensão no distrito, pois este é composto por um sistema de drenagem e irrigação que cobre acima de 400 hectares.

¹⁶ Vantagens competitivas – As fontes de vantagens competitivas de um lugar constituem uma extensão das vantagens comparativas, estas envolvem o grau de especialização em determinada área.

4.6.5 Enquadramento Macro-económico

Para projecções económicas - financeiras do "viveiros da Moamba", foi abordado um cenário em se assumiram preços de mercado concorrencial, estabilidade nas taxas de juro. O cenário macro-económico considerado baseia-se numa taxa de inflação na ordem dos 9.1%.

4.6.6 Projecção da actividade

As projecções das actividades do "viveiros da Moamba" derivam de um conjunto de pressupostos que resultam de um processo de análise de informação facultada pelos proprietários, em visitas efectuadas ao local, e permitem a projecção da actividade operacional do projecto para o período de 2008, de um investimento de 450.000,00 MT (Quatrocentos e cinquenta mil Meticais), sendo basicamente de 6 (Seis) rotações ao ano, pois sendo plantas de curta duração, o seu período de rotação é de em média 45 dias, com alguns acréscimos no inverno. Este período de rotação abarca desde a sementeira até a entrega das Plântulas em estado de transplante aos clientes. Por ano prevê-se a perda de 90 dias, (duas rotações), quer por ser inverno ou por outros constrangimentos que possam ocorrer.

4.6.7 Proveitos

Os proveitos deste projecto para o ano 2008 têm por base as vendas de Plântulas de pimento, repolho e tomate.

4.6.8 Custos de exploração

Os custos de exploração serão calculados com base no critério de mercado, o qual considera o tipo de segmento de mercado para o qual o "viveiro da Moamba" está direccionado, particularmente a produção de Plântulas, que envolve custos como os de aquisição de pesticidas (Protec, Actara), sementes híbridas, arreia (Apropriada para a produção de Plântulas), combustível (para abastecimento da electrobomba), a remuneração de trabalhadores, e ainda outros custos por rotação.

(Vide tabelas de avaliação financeira no anexo)

4.6.9.1 Projecto Viveiros da Moamba

Como foi acima citada, a avaliação financeira tem como indicadores principais o VAL (valor actual liquido), o Payback e o Índice de Rendibilidade do projecto.

Para o caso da avaliação sócio - económica de um projecto temos como indicadores o nível de emprego, o bem estar da social criados pelo investimento, importando referir que apesar de perceptíveis nem sempre são fáceis de quantificar.

Avaliação Financeira do projecto Viveiros da Moamba

Esta avaliação é feita de um investimento de 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil Meticais), com uma taxa de juro de 10 % (taxa de juro bonificada no âmbito do OIL¹⁷)

Conforme os valores obtidos da tabelas acima a seguir discriminados, teremos:

- VAL =1.503.800
- Taxa de juro de 10%
- IR=3,68 significando que em cada capital investido o projecto recupera 3,68
- Com amortizações constantes de 39.562,15 durante 1 (um) ano

Utilizando a taxa de juro de mercado de 24%¹⁸ teremos os seguintes indicadores:

- VAL=1.160.069
- Taxa de juro de 24%
- IR=3,20 significando que em cada capital investido o projecto recupera 3,20
- Com amortizações constantes de 42.551,82 durante 1 (um) ano

É de realçar que a com taxa de juro bonificada de 10% o projecto apresenta maior rendibilidade.

Analisando os valores de ambas avaliações, é de realçar os seguintes indicadores:

- O VAL reduz em 343.731,00
- O índice de rendibilidade reduz em 0,48 significando uma redução do capital investido no mesmo valor
- E o valor das amortizações aumenta em 2.989,67.

Todas as avaliações (com juros bonificados e de mercado) mostram que o projecto Viveiros da Moamba é viável, pois tem um VAL positivo, consequentemente o índice de rendibilidade. O projecto viveiro da Moamba está a ser ampliado para poder responder a demanda de plântulas por parte dos camponeses do distrito e arredores.

¹⁷ Orçamento de Investimento e Iniciativa Local

¹⁸ Taxa de Juro média dos Bancos Comerciais, (BMI - Novembro de 2007)

Num futuro próximo, este viveiro projecta ampliar a sua área de actuação para a montagem de uma fábrica de adubos, com base em excrementos de bovinos, caprinos e galináceos, abundantes no distrito para deixar de depender de adubos importados e mais caros.

4.7 Avaliação do Projecto de Oficina Mecânica Auto no âmbito do OIL – Orçamento de investimento Local

O projecto da oficina mecânica auto é um projecto de substituição, pois tem por objectivo a renovação do equipamento da oficina por motivos de obsolência. É um empreendimento da área de serviços para a reparação de automóveis, tractores, máquinas agrícolas (tractores, motobombas, charruas, grades e valadeiras). O investimento contempla a reabilitação de um edifício, (onde outrora funcionara uma oficina), compra de componentes que auxiliarão no funcionamento da oficina, tais como: Máquina para a lavagem de automóveis, peças sobressalentes, reparação de equipamentos existentes.

4.7.1 Localização

O projecto da "oficina mecânica auto" localiza-se na sede do distrito da Moamba, e obtém desta localização as seguintes vantagens:

- Localiza-se junto à parte dos utentes desta oficina, e não tão distante das machambas dos agricultores (comerciais, familiares e associados),
- Dentro da vila, beneficiando das várias infra-estruturas existentes na vila;

Estes todos os factores favorecem as economias de custos, e vantagens competitivas.¹⁹

4.7.2 Vias de acesso

Igual ao projecto viveiros da Moamba, este também tende a localizar-se onde existem as principais infra-estruturas.

Beneficia também da vasta experiência que o proprietário tem na área, pois exercita esta profissão há bastante tempo.

¹⁹ Vantagens competitivas – As fontes de vantagens competitivas de um lugar constituem uma extensão das vantagens comparativas, estas envolvem o grau de especialização em determinada área.

4.7.3 Enquadramento sectorial

O projecto da oficina mecânica auto, pertence ao sector de serviços. É de bastante utilidade para o distrito, pois será nesta oficina onde os carros, tractores, motobombas, e muito mais serão reparadas, cuidando deste modo da manutenção e fabrico de instrumentos que beneficiarão o distrito como um todo e particularmente o Viveiro da Moamba e os camponeses do Bloco I E II.

4.7.4 Enquadramento Macro-económico

Para projecções económicas - financeiras da oficina mecânica auto, foi abordado um cenário em se assumiram preços de mercado concorrencial, estabilidade nas taxas de juro. O cenário macro-económico considerado baseia-se numa taxa de inflação na ordem dos 9.1%.

4.7.5 Projecção da actividade

As projecções das actividades da oficina mecânica auto derivam de um conjunto de pressupostos que resultam de um processo de análise de informação facultada pelo proprietário, em visitas efectuadas ao local e um investimento de 200.000,00 (Duzentos mil Meticais), que permitem a projecção da actividade operacional do projecto para o período de 2008.

4.7.6 Proveitos

Os proveitos deste projecto para o ano 2008 têm por base as vendas de venda de peças sobressalentes, atrelados para o transporte de água e carga, reparação de máquinas como tractores, motobombas, charruas, grades, valadeiras, lavagem de carros.

4.7.7 Custos de exploração

Os custos de exploração serão calculados com base no critério de mercado, o qual considera o tipo de segmento de mercado para o qual a oficina mecânica auto está direccionado, a remuneração de trabalhadores, e ainda outros custos de funcionamento.

(Vide tabelas de avaliação financeira no anexo)

4.7.8.1 Projecto da Oficina Mecânica

Com um investimento de 200.000,00 MT (Duzentos mil Meticais) e uma taxa de juro bonificada de 10%, temos os seguintes indicadores:

- VAL =394.934
- Taxa de juro de 10%
- IR=2,17 significando que em cada capital investido o projecto recupera 2,17
- Com amortizações constantes de 17.583,18 durante 1 (um) ano

Utilizando a taxa de juro de mercado de 24%²⁰ teremos os seguintes indicadores:

- VAL=310.790
- Taxa de juro de 24%
- IR=1,93 significando que em cada capital investido o projecto recupera 1,93
- Com amortizações constantes de 18.911,92 durante 1 (um) ano.

É de realçar que com a taxa de juro bonificada de 10% o projecto apresenta maior rentabilidade.

Analisando os valores de ambas as avaliações, é de notar o seguinte:

- O VAL reduz em 84.144,00
- O índice de rentabilidade reduz em 0,24 significando uma redução do capital investido no mesmo valor
- E o valor das amortizações aumenta em 1.328,74.

Para estas avaliações (com juros bonificados e de mercado) mostram que o projecto da Oficina Mecânica também é viável, pois tem um VAL positivo, consequentemente o índice de rentabilidade também.

Este projecto também trará uma maior valia para o distrito, pois sendo uma oficina auto, trará benefícios na reparação de viaturas, tractores e o fabrico de várias componentes agrícolas, potenciando o distrito e fazendo com que os fundos adstritos ao distrito, sejam investidos, consumidos dentro do distrito.

²⁰ Taxa de Juro média dos Bancos Comerciais, (BMI - Novembro de 2007)

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusão

Como evidencia o estudo que o processo de descentralização administrativa é um processo que cria oportunidade de emprego e geração da renda aos os principais intervenientes locais, para além de os actores locais participarem activamente no processo de tomada de decisões e assuntos que lhes dizem respeito, participando activamente da resolução de problemas que afectam a comunidade, e deles sua prioridade.

Este processo cria oportunidades para que cada distrito possa identificar as suas potencialidades, segundo as suas condições agro-ecológicas, explorando as vantagens comparativas, competitivas e as cadeias de valor que se podem obter em cada região, pois são as comunidades que melhor conhecem os problemas que lhes afectam. Desta forma poderemos assistir a um aumento do emprego, aumento da produção, melhoria da segurança alimentar, saúde, educação, o que gerará um crescimento na economia do distrito, incrementando o desenvolvimento distrital.

Não obstante, a dinâmica rural resultante do processo de descentralização, nota-se que em muitos casos os projectos financiados são priorizados na base social e sem uma dimensão de análise da sua sustentabilidade e viabilidade dos mesmos. Por outro lado, admitindo que se trata de investimentos de iniciativas locais com uma base creditícia (o que pressupõe retorno do mesmo), da análise feita não se encontrou qualquer evidência que mostrasse que os governos locais têm uma certa capacidade de alocar os recursos e garantir o seu reembolso.

A planificação e financiamento distrital como processo de elaboração, implementação e monitoria, permite o envolvimento das comunidades em todas as fases de planificação, contribuindo para a redução da pobreza através da melhoria da governação distrital, fortalecendo as organizações de base e das comunidades e criando condições para o aumento do fluxo de recursos financeiros nos distritos. O papel dos órgãos locais (posto administrativo localidade Líderes comunitários) no processo de descentralização é de crucial, pois é através deste que as pessoas mais desfavorecidas têm oportunidade de influenciar as decisões que lhes afectam, preservando princípios como os da participação, representatividade, articulação e integração usando para tal os Conselhos Consultivos Distritais.

Os conselhos consultivos distritais por sua vez buscam informação ao nível do Conselho Consultivo do Posto Administrativo, representantes da sociedade civil e das comunidades locais provenientes dos fóruns locais e comités comunitários. Segundo dados do distrito da Moamba, após o início do processo de descentralização verificou se um aumento no numero de escolas de 77 para 81, um aumento no numero de estudantes de 12.855 para 16.672 e o numero de professores de 330 para 425, (segundo as tabelas e gráfico em anexo).

Com o análise da viabilidade financeira efectuada em 2 (dois) projectos um na área de agricultura e outro na área de serviços, concluiu se que avaliados a taxas de juros bonificados de 10% e de mercado de 24%, ambos são viáveis, pois tem VAL e o IRP positivos. A mais recomendada é a da taxa de juro bonificada de 10%, pois esta apresenta maior VAL e IRP e o valor das amortizações constantes é reduzido. Na análise sócio económica dos projectos apesar de serem de difícil mensuração há a destacar a criação de emprego, geração de renda, aumento da renda familiar e comida.

5.2 Recomendações

Os distritos devem estar dotados de capacidade técnica e humana para impulsionar ainda mais o processo de descentralização. Os estudantes devem ser capacitados em seminários e palestras para junto a sociedade civil e as comunidades debaterem e difundirem sobre este processo.

Os distritos através dos fóruns de desenvolvimento económico local e com apoio e assistência técnica das ADELs procedam o levantamento das oportunidades de negócio viáveis que possam criar uma dinâmica e revitalização da economia distrital a serem financiados pelos fundos de investimento de iniciativa locais, e fazer um acompanhamento da execução dos projectos para onde os fundos são alocados, para evitar situações de desvio de aplicação por parte dos beneficiados.

Deve se gradualmente disseminar as tecnologias alternativas para o cultivo, a fertilização, a construção, com uso nos materiais e mão de obra local, por forma a criarem-se cadeias de valor.

Melhorar o critério de distribuição dos fundos, pois há distritos com infra-estrutura como água, energia, comunicações e pobres em matérias-primas, e contrariamente existem distritos com matérias-primas abundantes, mas sem infra-estruturas básicas.

No futuro devem existir critérios para a elegibilidade de projectos, analisando a viabilidade financeira dos projectos para evitar que sejam beneficiados projectos inviáveis, o que fará com o beneficiado não tenha condições de fazer o reembolso do valor obtido, prejudicando os demais e ficando dependente do fundo.

7 BIBLIOGRAFIA

- Administração do Distrito da Moamba, (2007), Plano Económico e Social;
- Amaro, N. (2001); Com vista a uma estratégia de descentralização com a participação dos cidadãos. Direcção do Plano e Orçamento. Maputo;
- Boletim da República, (2003) I Série Número 20, Lei 8/2003;
- Cassamo, R, (2006), Manual de Análise e Gestão de Projectos;
- Costa, C, (2004) Avaliação e Gestão de Projectos de Investimento;
- Diploma Ministerial Nº 23/99 de (24 de Março), Ministério da Administração Estatal e Ministério do Plano e Finanças;
- Direcção Nacional de Geografia e Cadastro, (2002) Cadastro nacional de terras;
- Faria, F e Chichava, A, (1999) ECDPM, Documento de Reflexão 12: Descentralização e cooperação descentralizada;
- Francisco, A, (2001) Desenvolvimento comunitário em Moçambique, contribuição para sua compreensão crítica, Rio de Janeiro;
- Manor, J., (1998), Evidências Empíricas da Descentralização;
- Manor, J. (1998), A promessa e as limitações da descentralização: Texto de discussão nº 6 Ministério da Administração Estatal;
- Mazula, A, (1998) "Quadro institucional dos distritos municipais – apresentação" in Mazula, A, et alia. Autarquias Locais em Moçambique. Antecedentes e Regime Jurídico. Lisboa – Maputo;
- Mazula, A, (1998), Processo de Descentralização e em Moçambique;
- MÉTIER, Perfil de Moçambique (2004), Descentralização e Desenvolvimento Municipal In-Site, nº4;
- Mithá, O, (2004) Análise de Projectos de Investimento;
- Participação e Consulta Comunitária na Planificação Distrital, (2003) Guião para organização e funcionamento;
- Soiri, L, (1999) Moçambique: Aprender a caminhar com uma bengala emprestada.

6.2 Tabela 2 - Unidades de saúde, Camas e Pessoal existente (2003)

Descrição	Centro de Saúde I	Posto de Saúde	Total do Distrito
Nº de Unidades	4	4	8
Nº de Camas	149	0	149
Pessoal existente	46	37	83
Pessoal de Apoio	21	17	38
Licenciados	1	0	1
Nível Médio	4	4	8
Nível Básico	20	16	36

Centro de Saúde I – Com internamento e Maternidade²²

Distrito da Moamba depois do Processo de Descentralização

6.3 Tabela 3 - Escolas, Alunos e professores (2007)

Níveis de Ensino	Nº de Escolas	Nº de Alunos	Nº de Professores
EP1	57	12.500	280
EP2	8	1.920	70
ESGI	1	380	9
ETB	1	922	25
AEA	14	950	41
Total do Distrito	81	16.672	425

EP1 – Abrange do 1º ao 5º ano, EP2 – Abrange do 6º ao 7º ano, ESG I Abrange do 8º ao 10º ano, ETB – Ensino Técnico Básico, AEA – Alfabetização e Educação de Adultos.²³

²² Administração do Distrito e Direcção Provincial de Saúde

²³ Administração do Distrito da Moamba, 2007

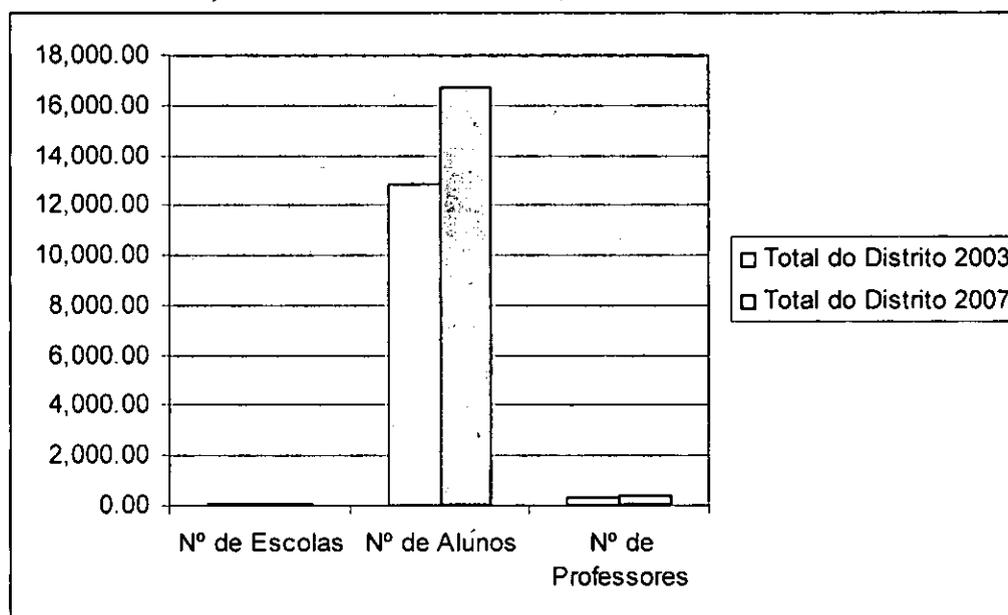
6.4 Tabela 4 - Variação percentual entre os anos 2003 à 2007

Níveis de Ensino	Escolas	Alunos	Professores
EP1	3.6%	30.5%	21.7%
EP2	33.3%	13.2%	40%
ESGI	0	31.9%	80%
ETB	0	43.6%	47%
AEA	42.9%	45.5%	46.4%

EP1 – Abrange do 1º ao 5º ano, EP2 – Abrange do 6º ao 7º ano, ESG I Abrange do 8º ao 10º ano, ETB – Ensino Técnico Básico, AEA – Alfabetização e Educação de Adultos.²⁴

A variação percentual positiva deveu-se a factores como a Descentralização Administrativa, o cumprimento dos Objectivo do Milénio, dada as oportunidades existentes actualmente.

6.5 Gráfico da evolução do Número de escolas, Alunos e Professores



Fonte: MÉTIER, 2003

Administração do distrito da Moamba

²⁴ Administração do Distrito da Moamba, 2007

6.6 Tabelas do estudo de Viabilidade do projecto "Viveiros da Moamba" no âmbito OIL - Orçamento de Investimento Local (450.000,00 MT)

Quadro I

CUSTOS OPERACIONAIS	Un. Medida	Q	Por rotação	Anual
Pesticidas (Protec, Actara).			127,600.00	765,600.00
Tomate	Kgs	10	28,800.00	172,800.00
Repolho	Kgs	10	60,000.00	360,000.00
Pimento	Un	5	38,800.00	232,800.00
Sementes(por lata)			27,916.67	167,500.00
Tomate	Un	24	20,000.00	120,000.00
Repolho	Un	3	7,500.00	45,000.00
Pimento	Un	4	416.67	2,500.00
Areia (Especial/sacos)			65,000.00	390,000.00
Tomate	Un	60	39,000.00	234,000.00
Repolho	Un	25	16,250.00	97,500.00
Pimento	Un	15	9,750.00	58,500.00
Combustíveis				31,500.00
Salários			12,100.00	72,600.00
Proprietário	Un	1	6,000.00	36,000.00
Mestre	Un	1	2,500.00	15,000.00
Eventuais				
Tomate	Un	2	1,350.00	8,100.00
Repolho	Un	1	1,200.00	7,200.00
Pimento	Un	1	1,050.00	6,300.00
Outros Custos			114,854.85	451,756.20
Ser. Divida			39,562.15	474,745.79
Total			492,050.33	2,353,701.99

Quadro II

Projeção de Receitas

	Q	P	V por rotação	V Anual
Vendas				
Tomate	600.00	650	390,000.00	2,340,000.00
Repolho	300.00	450	135,000.00	810,000.00
Pimento	100.00	650	65,000.00	390,000.00
Total Receitas			590,000	3,540,000

Quadro III

Projeção de Custos

Financeiros de Financiamento

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Meses	Capital	Reembolsos Juros	Total	Capital em Dívida
0	0	0	0	450,000 00
1	35,812.15	3,750.00	39,562.15	414,187.85
2	36,110.58	3,451.57	39,562.15	378,077.27
3	36,411.51	3,150.64	39,562.15	341,665.76
4	36,714.93	2,847.21	39,562.15	304,950.83
5	37,020.89	2,541.26	39,562.15	267,929.93
6	37,329.40	2,232.75	39,562.15	230,600.53
7	37,640.48	1,921.67	39,562.15	192,960.06
8	37,954.15	1,608.00	39,562.15	155,005.91
9	38,270.43	1,291.72	39,562.15	116,735.47
10	38,589.35	972.80	39,562.15	78,146.12
11	38,910.93	651.22	39,562.15	39,235.19
12	39,235.19	326.96	39,562.15	0.00
		24,745.79		

Quadro IV

Mapa de Exploração

	Ano I
Receita	3,540,000
Vendas	3,540,000
Custos	2,353,702
Pesticidas(Protec, Actar)	765,600
Sementes(por lata)	167,500
Areia(Especial/sacos)	390,000
Combustiveis	31,500
Salários	72,600.0
Ser. Dívida	474,745.79
Resultado Bruto	1,186,298.01
Impostos sobre rendimentos	601,800.00
Resultado Líquido	1,788,098.01
Cash flow	1,819,598.01

Quadro V

Mapa do VAL (valor actual liquido)	Ano I
Cash flows brutos	1,819,598.01
Custo de oportunidade	10.00%
Taxa nominal de referência	23.60%
Inflação prevista	9.1%
Cash flows actualizados	1,654,180.01
VAL	1,503,800

Quadro VI

ÍNDICE DE RENTABILIDADE DO RETORNO DO INVESTIMENTO

ANOS	Ano I
Cash flows brutos	1,819,598.01
IRP	3.68

Isto quer dizer que cada unidade de capital investido, o projecto recupera 3,68 unidades de capital

Quadro VII

PAY BACK PERIOD			
MESES	Cash flows brutos	Fact. Actualiz. (10%)	Cash Actualizado
0	1,819,598.01	1	1,819,598.01
1	1,819,598.01	0.909090909	1,654,180.01
2	1,654,180.01	0.826446281	1,367,090.92
3	1,367,090.92	0.751314801	1,027,115.64
4	1,027,115.64	0.683013455	701,533.80
5	701,533.80	0.620921323	435,597.30
6	435,597.30	0.56447393	245,883.32
7	245,883.32	0.513158118	126,177.02
8	126,177.02	0.46650738	58,862.51
9	58,862.51	0.424097618	24,963.45
10	24,963.45	0.385543289	9,624.49
11	9,624.49	0.350493899	3,373.33
12	3,373.33	0.318630818	1,074.85

6.7 Tabelas do estudo de Viabilidade do projecto oficina mecânica auto no âmbito do OIL

Quadro I (200.000,00 MT)

MAPA DE INVESTIMENTOS	Un. Medida	Q	Valor Anual
Inv. Substituição			141,500.00
Pequenas Reparações			40,000.00
Maquina de Lav. De Carros	Un	1	20,000.00
Consumáveis da Vulgarizadora			12,000.00
Jogo de cavaletes	Un	6	6,000.00
Bancada	Un	1	3,000.00
Macacos	Un	2	2,000.00
Computador	Un	1	25,000.00
Impressora	Un	1	3,000.00
Tel/fax	Un	1	1,000.00
Secretaria	Un	1	14,000.00
Cadeiras	Un	2	6,000.00
Maquina de calcular	Un	1	1,500.00
Estante	Un	1	8,000.00

Quadro II

CUSTOS OPERACIONAIS	Un. Medida	Q	Anual
Lubrificantes e outros			30,000.00
Combustíveis			10,000.00
Salários			98,400.00
Mestre	Un	1	36,000.00
Ajudantes	Un	2	44,400.00
Guardas	Un	1	18,000.00
Outros Custos			5,000.00
Ser.Divida			210,998.13
Total			354,398.13

Quadro III

Projecção de Receitas

	Q	P	V Annual
Vendas			
Charruas	30.00	300	9,000.00
Grades	5.00	1,000	5,000.00
Valadeiras	5.00	15,000	75,000.00
Atrelados p tanque de agua	4.00	20,000	80,000.00
Reparações			250,000.00
Vulcanização			12,000.00
Atrelados p carga de 5 ton.	4.00	25,000	100,000.00
Total			531,000.00

Quadro IV

Projeção de Custos Financeiros de Financiamento		PLANO DE AMORTIZAÇÃO		
Meses	Capital	Reembolsos Juros	Total	Capital em Dívida
0	0	0		200,000.00
1	15,916.51	1,666.67	17,583.18	184,083.49
2	16,049.15	1,534.03	17,583.18	168,034.34
3	16,182.89	1,400.29	17,583.18	151,851.45
4	16,317.75	1,265.43	17,583.18	135,533.70
5	16,453.73	1,129.45	17,583.18	119,079.97
6	16,590.84	992.33	17,583.18	102,489.13
7	16,729.10	854.08	17,583.18	85,760.03
8	16,868.51	714.67	17,583.18	8,891.51
9	17,009.08	574.10	17,583.18	51,882.43
10	17,150.82	432.35	17,583.18	34,731.61
11	17,293.75	289.43	17,583.18	17,437.86
12	17,437.86	145.32	17,583.18	0.00

Quadro V

Mapa de Exploração

	Ano I
Receita	531,000
Vendas	531,000
Custos	354,398
Lubrificantes e outros	30,000
Combustíveis	10,000
Outros Custos	5,000
Ser.Divida	210,998
Resultado Bruto	176,601.87
Impostos sobre rendimentos	90,270.00
Resultado Liquido	266,871.87
Cash flow	477,870.00

Quadro VI

Mapa do VAL (valor actual liquido)	Ano I
Cash flows brutos	477,870.00
Custo de oportunidade	10.00%
Taxa nominal de referência	23.60%
Inflação prevista	9.1%
Cash flows actualizados	434,427.27
VAL	394,934

Quadro VII

ÍNDICE DE RENTABILIDADE DO RETORNO DO INVESTIMENTO

ANOS	Ano I
Cash flows brutos	477,870.00
IRP	2.17

Isto quer dizer que cada unidade de capital investido, o projecto recupera 2,17 unidades de capital

Quadro VIII

PAY BACK PERIOD			
MESES	Cash flows brutos	Fact. Actualiz. (10%)	Cash flows Actualiz.
0	477,870.00	1	477,870.00
1	477,870.00	0.91	434,427.27
2	434,427.27	0.83	359,030.80
3	359,030.80	0.75	269,745.16
4	269,745.16	0.68	184,239.57
5	184,239.57	0.62	114,398.28
6	114,398.28	0.56	64,574.85
7	64,574.85	0.51	33,137.11
8	33,137.11	0.47	15,458.70
9	15,458.70	0.42	6,556.00
10	6,556.00	0.39	2,527.62
11	2,527.62	0.35	885.92
12	885.92	0.32	282.28

6.8 Tabelas do estudo de viabilidade do Projecto Viveiros da Moamba com um investimento de 450.000,00 MT e uma taxa de juro de mercado de 24%²⁵

Quadro I

CUSTOS OPERACIONAIS	Un.	Q	Por rotacao	Anual
	Medida			
Pesticidas(Protec, Actar)			127,600.00	765,600.00
Tomate	Kgs	10	28,800.00	172,800.00
Repolho	Kgs	10	60,000.00	360,000.00
Pimento	Un	5	38,800.00	232,800.00
Sementes(por lata)			27,916.67	167,500.00
Tomate	Un	24	20,000.00	120,000.00
Repolho	Un	3	7,500.00	45,000.00
Pimento	Un	4	416.67	2,500.00
Areia(Especial/sacos)			65,000.00	390,000.00
Tomate	Un	60	39,000.00	234,000.00
Repolho	Un	25	16,250.00	97,500.00
Pimento	Un	15	9,750.00	58,500.00
Combustiveis				31,500.00
Salarios			12,100.00	72,600.00
Proprietario	Un	1	6,000.00	36,000.00
Mestre	Un	1	2,500.00	15,000.00
Eventuais				
Tomate	Un	2	1,350.00	8,100.00
Repolho	Un	1	1,200.00	7,200.00
Pimento	Un	1	1,050.00	6,300.00
Outros Custos			117,844.52	451,756.20
Ser.Divida			42,551.82	510,621.82
Total			498,029.67	2,389,578.02

Quadro II

Projeccao de Receitas

	Q	P	V por rotacao	V Annual
Vendas				
Tomate	600.00	650	390,000.00	2,340,000.00
Repolho	300.00	450	135,000.00	810,000.00
Pimento	100.00	650	65,000.00	390,000.00
Total Receitas			590,000	3,540,000

²⁵ Média anual dos Bancos Comerciais, BMI, 31/11/07

Quadro III

Projectão de Custos Financeiros de Financiamento

Meses	Capital	PLANO DE AMORTIZAÇÃO		
		Reembolsos Juros	Total	Capital em Dívida
0	0	0	0	450,000.00
1	33,551.82	9,000.00	42,551.82	416,448.18
2	34,222.85	8,328.96	42,551.82	382,225.33
3	34,907.31	7,644.51	42,551.82	347,318.01
4	35,605.46	6,946.36	42,551.82	311,712.56
5	36,317.57	6,234.25	42,551.82	275,394.99
6	37,043.92	5,507.90	42,551.82	238,351.07
7	37,784.80	4,767.02	42,551.82	200,566.27
8	38,540.49	4,011.33	42,551.82	162,025.78
9	39,311.30	3,240.52	42,551.82	122,714.48
10	40,097.53	2,454.29	42,551.82	82,616.95
11	40,899.48	1,652.34	42,551.82	41,717.47
12	41,717.47	834.35	42,551.82	0.00
		60,621.82		

Quadro IV

Mapa de Exploração

	Ano I
Receita	3,540,000
Vendas	3,540,000
Custos	2,389,578
Pesticidas(Protec, Actar)	765,600
Sementes(por lata)	167,500
Areia(Especial/sacos)	390,000
Combustiveis	31,500
Salários	72,600.0
Ser.Divida	510,621.82
Resultado Bruto	1,150,421.98
Impostos sobre rendimentos	601,800.00
Resultado Liquido	1,752,221.98
Cash flow	1,783,721.98

Quadro V

Mapa do VAL (valor actual liquido)	Ano I
Cash flows brutos	1,783,721.98
Custo de oportunidade	24.00%
Taxa nominal de referência	23.60%
Inflação prevista	9.1%
Cash flows actualizados	1,438,485.47
VAL	1,160,069

Quadro VI

ÍNDICE DE RENTABILIDADE DO RETORNO DO INVESTIMENTO

ANOS	Ano I
Cash flows brutos	1,783,721.98
IRP	3.20

Isto quer dizer que cada unidade de capital investido, o projecto recupera 3,20 unidades de capital

Quadro VII

PAY BACK PERIOD

MESES	Cash flows brutos	Fact. Actualiz. (24%)	Cash Actualizado
0	1,783,721.98	1	1,783,721.98
1	1,783,721.98	0.806451613	1,438,485.47
2	1,438,485.47	0.650364204	935,539.46
3	935,539.46	0.524487261	490,678.53
4	490,678.53	0.422973598	207,544.06
5	207,544.06	0.34110774	70,794.89
6	70,794.89	0.275086887	19,474.74
7	19,474.74	0.221844264	4,320.36
8	4,320.36	0.178906664	772.94
9	772.94	0.144279568	111.52
10	111.52	0.11635449	12.98
11	12.98	0.093834266	1.22
12	1.22	0.075672796	0.09

Utilizando a taxa de juro de mercado de 24%²⁶ teremos os seguintes indicadores:

- VAL=1.160.069
- Taxa de juro de 24%
- IR=3,20 significando que em cada capital investido o projecto recupera 3,20
- Com amortizações constantes de 42.551,82 durante 1 (um) ano

²⁶ Taxa de Juro média dos Bancos Comerciais, (BMI - Novembro de 2007)

6.9 Tabelas do estudo de viabilidade do Projecto Oficina Mecânica com um investimento de 200.000,00 MT e uma taxa de juro de mercado de 24%

Quadro I

MAPA DE INVESTIMENTOS	Un. Medida	Q		Anual
Inv. Substituicao				141,500.00
Pequenas Reparacoes				40,000.00
Maquina de Lav. De Carros				20,000.00
Consumiveis da Vulcanizadora				12,000.00
Jogo de cavaletes	Un	6		6,000.00
Bancada	Un	1		3,000.00
Macacos	Un	2		2,000.00
Computador	Un	1		25,000.00
Impressora	Un	1		3,000.00
Tel/fax	Un	1		1,000.00
Secretaria	Un	1		14,000.00
Cadeiras	Un	2		6,000.00
Maquina de calcular	Un	1		1,500.00
Estante	Un	1		8,000.00

Quadro II

CUSTOS OPERACIONAIS	Un. Medida	Q		Anual
Lubrificantes e outros				30,000.00
Combustiveis				10,000.00
Salários				98,400.00
Mestre	Un	1		36,000.00
Ajudantes	Un	2		44,400.00
Guardas	Un	1		18,000.00
Outros Custos				5,000.00
Ser.Divida				226,943.03
Total			04	370,343.03

Quadro III

Projecção de Receitas

	Q	P	V Annual
Vendas			
Charruas	30.00	300	9,000.00
Grades	5.00	1,000	5,000.00
Valadeiras	5.00	15,000	75,000.00
Atrelados p tanque de agua	4.00	20,000	80,000.00
Reparacoes			250,000.00
Vulcanizacao			12,000.00
Atrelados p carga de 5 ton	4.00	25,000	100,000.00
Total			531,000 00

Quadro IV

Projeção de Custos Financeiros de Financiamento

Meses	Capital	PLANO DE AMORTIZAÇÃO		
		Reembolsos Juros	Total	Capital em Dívida
0	0	0		200,000.00
1	14,911.92	4,000.00	18,911.92	185,088.08
2	15,210.16	3,701.76	18,911.92	169,877.92
3	15,514.36	3,397.56	18,911.92	154,363.56
4	15,824.65	3,087.27	18,911.92	138,538.91
5	16,141.14	2,770.78	18,911.92	122,397.77
6	16,463.96	2,447.96	18,911.92	105,933.81
7	16,793.24	2,118.68	18,911.92	89,140.57
8	17,129.11	1,782.81	18,911.92	72,011.46
9	17,471.69	1,440.23	18,911.92	54,539.77
10	17,821.12	1,090.80	18,911.92	36,718.64
11	18,177.55	734.37	18,911.92	18,541.10
12	18,541.10	370.82	18,911.92	0.00
		26,943.03		

Quadro V

Mapa de Exploração

	Ano I
Receita	531,000
Vendas	531,000
Custos	370,343
Lubrificantes e outros	30,000
Combustíveis	10,000
Outros Custos	5,000
Ser. Dívida	226,943
Resultado Bruto	160,656.97
Impostos sobre rendimentos	90,270.00
Resultado Líquido	250,926.97
Cash flow	477,870.00

Quadro VI

Mapa do VAL (valor actual liquido)	Ano I
Cash flows brutos	477,870.00
Custo de oportunidade	24.00%
Taxa nominal de referência	23.60%
Inflação prevista	9.1%
Cash flows actualizados	385,379.03
VAL	310,790

Quadro VII
ÍNDICE DE RENTABILIDADE DO RETORNO DO INVESTIMENTO

ANOS	Ano 1
Cash flows brutos	477,870.00
IRP	1.93

Isto quer dizer que cada unidade de capital investido, o projecto recupera 1,93 unidades de capital

Quadro VIII

PAY BACK PERIOD			
MESES	Cash flows brutos	Fact. Actualiz. (24%)	Cash flows Actualiz.
0	477,870.00	1	477,870.00
1	477,870.00	0.81	385,379.03
2	385,379.03	0.65	250,636.73
3	250,636.73	0.52	131,455.77
4	131,455.77	0.42	55,602.32
5	55,602.32	0.34	18,966.38
6	18,966.38	0.28	5,217.40
7	5,217.40	0.22	1,157.45
8	1,157.45	0.18	207.08
9	207.08	0.14	29.88
10	29.88	0.12	3.48
11	3.48	0.09	0.33
12	0.33	0.08	0.02

Utilizando a taxa de juro de mercado de 24%²⁷ teremos os seguintes indicadores:

- VAL=310.790
- Taxa de juro de 24%
- IR=1,93 significando que em cada capital investido o projecto recupera 1,93
- Com amortizações constantes de 18.911,92 durante 1 (um) ano.

²⁷ Taxa de Juro média dos Bancos Comerciais, (BMI - Novembro de 2007)